

BOMBARDEIOS

Mais de 785 mortos na guerra do Irã

País 11



MEIA-ATACANTE

Rodrygo é a primeira baixa da Seleção

Esporte 10



emtempo

Tradição e credibilidade

ANO XXXIII - Nº 11.623 - Manaus, quarta-feira, 4 de março de 2026

R\$ 1,00

POLÍTICA URBANA

Investimento de R\$ 4 bi em habitação e regularização

Com previsão de mais de R\$ 4 bilhões em investimentos e meta de atender pelo menos 24 mil famílias com moradia, além de regularizar outras 33 mil propriedades, o Governo do Amazonas fortalece a política habitacional como eixo da política urbana estadual.

Dia a Dia 8



PROGRAMA

David entrega mais 400 kits do 'Mãe Manauara'

Dia a Dia 8



ARTICULAÇÃO

Lideranças confirmam apoio a Omar Aziz

Política 5



ACESSE O QR CODE

Portal Em Tempo



MANAUS

Rota gastronômica conta com 20 restaurantes

Plateia 9



Sobe limite de renda do Minha Casa, Minha Vida

ARQUIVO/SEMCOM

Programa habitacional terá aumento de renda e valor de imóveis financiáveis

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) anunciou o reajuste de todas as faixas do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida. Na maior faixa, destinada à compra da casa própria pela classe média, o limite de renda familiar sobe de R\$ 12 mil para R\$ 13 mil.

O anúncio oficial ocorreu ontem (3), em reunião do grupo técnico de apoio ao conselho curador do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), composto por representantes de trabalhadores, empregadores e governo.

O ministro Jader Filho (Cidades) havia antecipado a mudança em entrevista à Folha no fim de janeiro.

Limites de renda por faixa

Segundo a proposta, a faixa 1 do programa terá o limite de renda ampliado de R\$ 2.850 para R\$ 3.200, oferecendo moradias subsidiadas pelo governo com recursos do Orçamento transferidos ao FAR (Fundo de Arrendamento Residencial).

Nas demais faixas, as famílias podem financiar imóveis com juros menores que os de mercado, usando recursos do FGTS e do Fundo Social do Pré-Sal. Os novos limites ficam assim:

Faixa 2: de R\$ 4.700 para R\$ 5.000

Faixa 3: de R\$ 8.600 para R\$ 9.600

Classe média: de R\$ 12 mil para R\$ 13 mil

Além disso, o governo propôs aumentar o valor dos imóveis financiáveis:

Faixa 3: de R\$ 350 mil para R\$ 400 mil

Classe média: de R\$ 500 mil para R\$ 600 mil

Para entrar em vigor, as mudanças ainda precisam de aprovação do conselho curador do FGTS.



Medida foi antecipada à Folha pelo ministro das Cidades, Jader Filho

Ano eleitoral

O Minha Casa, Minha Vida é uma vitrine da gestã petista, especialmente em ano eleitoral. O governo criou recentemente a modalidade para classe média, com R\$15 bilhões do Fundo

Social do Pré-Sal, visando ampliar o acesso à casa própria.

O objetivo é facilitar a compra de imóveis para famílias que enfrentam juros altos e escassez de recursos da poupança, principal

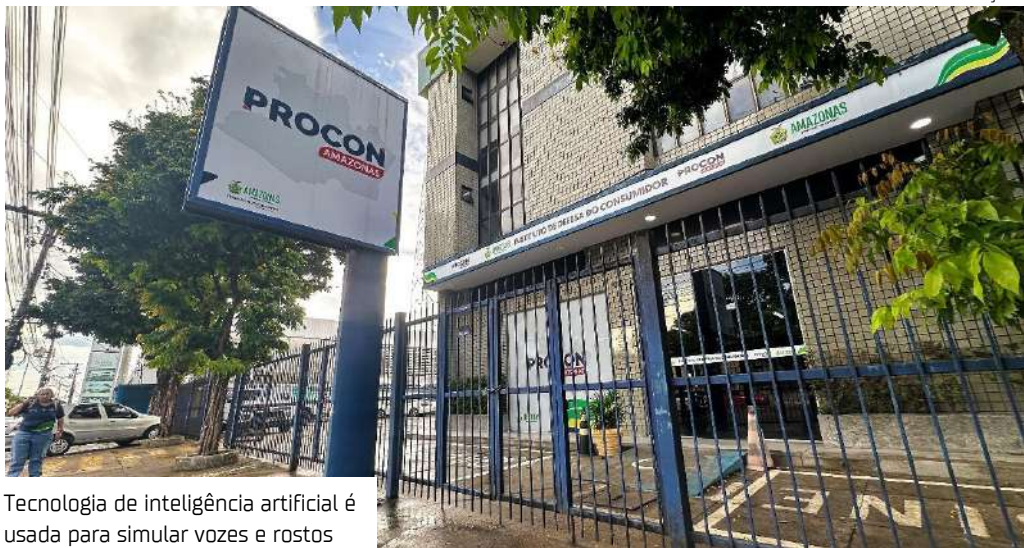
fonte de financiamento barato do setor imobiliário. Com taxas reduzidas, o programa gera alívio indireto até para famílias acima do teto, ao diminuir a competição pelos recursos da poupança.

No fim de 2025, o governo também lançou novo modelo de financiamento imobiliário, oferecendo mais flexibilidade aos bancos no uso dos recursos da poupança, para estimular o crédito habitacional.

► MÊS DO CONSUMIDOR

Procon-AM alerta para golpes com ‘deepfake’

DIVULGAÇÃO



Tecnologia de inteligência artificial é usada para simular vozes e rostos

O Mês do Consumidor, conhecido pelas promoções e ofertas especiais, também acende um sinal de alerta para os consumidores. Diante do avanço das fraudes virtuais, o Instituto de Defesa do Consumidor do Amazonas (Procon-AM) chama a atenção para o crescimento dos chamados “deepfakes” de consumo — golpes que utilizam Inteligência Artificial para simular, com alto grau de realismo, a voz e a imagem de personalidades conhecidas, com o objetivo de induzir a população a prejuízos financeiros.

Ao contrário das fraudes tradicionais enviadas por mensagens de texto, esse tipo de golpe reproduz fielmente a aparência e a fala de influenciadores di-

gitais, apresentadores de televisão e outras figuras públicas. Em muitos casos, os criminosos anunciam produtos supostamente gratuitos, solicitando apenas o pagamento do frete, o que torna a abordagem mais convincente e difícil de identificar.

Dados do Panorama da Desinformação no Brasil, elaborado pelo Observatório Lupa, mostram que os registros de conteúdo que simulam situações reais saltaram de 39 casos, em 2024, para 159, em 2025 — um aumento de 308%.

No Amazonas, os impactos dessa tendência já são perceptíveis. Em 2025, foi registrado o primeiro caso de golpe financeiro com uso de Inteligência Artificial no estado, envolvendo

a clonagem de rostos, outra modalidade recorrente inclui a criação de vídeos e áudios falsos para divulgar supostos investimentos ou promoções, com a finalidade de enganar vítimas e obter vantagens financeiras ilícitas.

Segundo o diretor-presidente do Procon-AM, Jalil Fraxe, a estratégia dos golpistas é aproveitar a credibilidade de rostos conhecidos para baixar a guarda do consumidor.

“O consumidor confia no rosto que está vendo na tela. Quando uma figura pública aparece dizendo que uma empresa está dando um brinde ou um desconto agressivo, a vítima acaba clicando no link sem checar a veracidade”, explica o diretor-presidente do Procon-AM.

emtempo

Tradição e credibilidade

“ESTAMOS EM TODOS OS LUGARES.

SUA MARCA TAMBÉM PODE ESTAR.”

face

“Conectando marcas a pessoas, em todas as plataformas.”

Anuncie

+55 92 98859-0110

O jornal da cidade, a vitrine da sua empresa.

Contexto

Apoio ao governador

Durante o anúncio do governador Wilson Lima de que permanecerá no cargo até 2027, o secretário de Estado da Sedurb e UGPE, Marcellus Campêlo, que é também segundo vice-presidente estadual do partido, fez questão de manifestar apoio à decisão. Disse que o governador demonstra o compromisso com a população e a continuidade da gestão, evidenciando a unidade interna do União Brasil. Nas suas palavras, foi uma decisão de chefe de estado e de responsabilidade com o eleitor.

Cotado para eleições

No evento, a imprensa abordou Marcellus Campêlo sobre sua projeção no cenário eleitoral que se aproxima. Ele afirmou que seu nome está disponível como pré-candidato a deputado estadual, e que essa decisão será tomada pelo colegiado do partido, com transparência e diálogo.

Articulação política

A pré-candidatura de Marcellus Campêlo se ancora na visibilidade do trabalho à frente da Sedurb e da UGPE, responsáveis por alguns dos principais projetos de habitação e infraestrutura do governo estadual. A repercussão das entregas ampliou seu capital político e consolidou sua imagem como gestor com viabilidade eleitoral.

Comercialização

A Câmara dos Deputados aprovou, na segunda-feira [2], o Projeto de Lei 2158/23, que autoriza a instalação de um setor de farmácias no interior de supermercados – desde que em ambiente físico delimitado,



DHYEIZO LEMOS/SEMCOM-PREFEITO

O deputado federal licenciado Saullo Vianna deixou o comando da Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Cidadania (Semasc) para retornar à Câmara dos Deputados, onde pretende disputar a reeleição. Quem assume a pasta é Nildo Mello, que foi nomeado pelo prefeito David Almeida ontem [3]. Ele já atuava na própria secretaria e tem trajetória consolidada na área administrativa e jurídica da gestão municipal. A saída de Saullo ocorre às vésperas da abertura da janela partidária para detentores de mandato, que começa hoje [4] e se estende por 30 dias. Nesse período, parlamentares podem trocar de partido sem risco de perder o mandato. Em declaração recente, Saullo afirmou que as articulações políticas já vinham sendo construídas nos bastidores. Segundo ele, a definição sobre a nova legenda deve ocorrer nos próximos dias. “Saullo realizou um trabalho exitoso à frente da Semasc. Implementou programas importantes, ampliou a rede de proteção social e deixou sua marca na assistência de Manaus”, afirmou David. Nildo Mello é advogado, pós-graduado em Direito Público e atualmente cursa MBA em Licitação e Contratos. Na Semasc, já exerceu funções como subsecretário Operacional e de Gestão, diretor de Administração, Finanças e Planejamento e assessor técnico nas áreas jurídica e administrativa. A nomeação reforça o perfil técnico da pasta e a continuidade das políticas públicas de assistência social em Manaus.

segregado e exclusivo para a atividade. A proposta agora segue para sanção presidencial.

pretende representar o estado na Câmara Federal.

Disputa eleitoral

O vereador Raulzinho disse que o ambiente político na CMM já é de disputa eleitoral após o anúncio da pré-candidatura do prefeito David Almeida ao governo do Amazonas. Segundo o parlamentar, os discursos da oposição indicam que o debate deixou de ser administrativo para se tornar político. A declaração de Raulzinho ocorreu durante a Sessão Plenária.

Segue firme

O vice-governador do Amazonas, Tadeu de Souza, afirma que segue ao lado do governador do estado. Ele fez a declaração na segunda-feira [2], após o anúncio de que o chefe do Executivo permanecerá no cargo e não disputará o Senado. Tadeu afirmou que a estabilidade institucional deve estar acima de qualquer projeto individual.

Registro de pesquisa

O Amazonas registrou, no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a primeira

pesquisa para as Eleições Gerais de 2026. O levantamento abrange as disputas para Governador, Senador, Deputado Federal e Deputado Estadual. O Instituto Direto ao Ponto realiza a pesquisa sob o número AM-05275/2026. A coleta de dados começou em 27 de fevereiro e terminou ontem [3].

Votação anulada

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), suspendeu ontem [3] a votação da quebra do sigilo bancário de Fábio Luis da Silva, filho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A votação foi conduzida pelo presidente da CPMI do INSS, senador Carlos Viana (Podemos-MG) de maneira simbólica, ou seja, sem contagem nominal de votos.

Arquivamento

A Procuradoria-Geral da República (PGR) pediu ao STF (Supremo Tribunal Federal) o arquivamento do inquérito que investigava o empresário Elon Musk por suposta desobediência a decisões judiciais e obstrução de Justiça no contexto de atuação da plataforma X, antigo Twitter, no Brasil.

Projeto global

O engenheiro civil Mário Thiago Queiroz de Carvalho, natural de Manaus, ocupa atualmente a posição de Diretor de Projeto do Aeroporto Internacional de Gia Binh, em Hanói, no Vietnã — um dos maiores empreendimentos aeroportuários em execução no mundo. O complexo foi concebido para atender até 100 milhões de passageiros por ano e integra metrô, rodovias e conexão com trem de alta velocidade.

emtempo
O jornal que você lê!

JORNAL AMAZONAS EM TEMPO

Endereço: Dr Dalmir Camara - 623 - São Jorge

FALE CONOSCO
Comercial
(092) 98859-0110

Redação Circulação

Portal Em Tempo

ACESSE O QR CODE



Aplausos

DIVULGAÇÃO

Para o lançamento feito pelos Tribunais Regionais Eleitorais brasileiros da cartilha “Educação Midiática – Desvendando a Desinformação” como parte da programação da Semana de Combate à Desinformação, realizada de 23 de fevereiro a 2 de março em todo o país. O material está disponível nos portais institucionais dos Tribunais e será compartilhado em eventos e palestras. A iniciativa integra uma mobilização nacional organizada pelas unidades de Comunicação para enfrentar a circulação de notícias falsas. Além disso, busca fortalecer a educação midiática junto à sociedade. A ação reúne os Tribunais Regionais Eleitorais em uma estratégia conjunta de enfrentamento à desinformação.

Vaias

DIVULGAÇÃO

Ajude a Polícia do Rio. Disque Denúncia pede informações sobre quatro homens envolvidos em um estupro coletivo contra menor de 17 anos

WHATSAPP DISQUE DENÚNCIA (21) 2253-1177 ANONIMATO GARANTIDO DENUNCIE 2253 1177 DENUNCIE 0300 253 1177

WWW.PROCURADOS.ORG.BR WWW.DISQUEDENUNCIA.ORG.BR APLICATIVO DISQUE DENUNCIA RIO

Para mais um crime contra mulher. Uma jovem de 17 anos foi vítima de estupro coletivo em um apartamento em Copacabana, na zona Sul do Rio de Janeiro. O crime ocorreu no dia 31 de janeiro e os autores são quatro homens e um adolescente. A vítima foi ao apartamento a convite do adolescente, com quem ela teve um relacionamento amoroso entre 2023 e 2024. No apartamento, após um ato consentido entre os dois, outros quatro jovens invadiram o quarto. Mesmo com a recusa da adolescente, o grupo iniciou uma série de agressões físicas e abusos sexuais. A polícia afirma que os agressores impediram a saída da jovem do cômodo.

Mais de 40 mil alunos já fazem parte dessa transformação.

Vestibular 2025.1
PROVAS ON-LINE OU PRESENCIAL

A MAIOR E MELHOR NOTA 5 NO MEC

ORIGU

#1 LHO

DE SER

FAMETRO

★★★★ BOLSAS COM ATÉ ★★★★★
65% DESCONTO!

★★★★ MENSALIDADES A PARTIR DE: ★★★★★
RS **59,90***

INSCREVA-SE:
FAMETRO.EDU.BR
(92) 2101-1000

*Bolsas institucionais de 55%, com mais 10% de pontualidade, válidas apenas para transferência e portadores de diploma. *as parcelas descritas no encarte não abrangem todas as mensalidades do semestre, tratando-se de campanha promocional direcionada para parcelas específicas. Consulte o regulamento.

Editorial

Opinião digital

As redes sociais transformaram a forma como a opinião pública é construída. Plataformas que nasceram para aproximar pessoas se tornaram arenas de debate, disputa e, muitas vezes, de desinformação. A velocidade com que conteúdos circulam cria a sensação de que estamos sempre atualizados, mas nem sempre bem informados. A lógica dos algoritmos prioriza engajamento — curtidas, comentários e compartilhamentos — e não a qualidade ou a veracidade do que é publicado. Nesse ambiente, opiniões são formadas em segundos.

Ao mesmo tempo, as redes democratizaram a produção de conteúdo. Hoje, qualquer cidadão pode denunciar problemas, cobrar autoridades e pautar discussões relevantes. Movimentos sociais ganharam força, vozes antes invisibilizadas conquistaram espaço e o debate público se tornou mais plural. No entanto, essa abertura também facilita a propagação de fake news, discursos extremistas e campanhas de manipulação. A repetição constante de uma narrativa, ainda que falsa, pode consolidá-la como verdade para determinados grupos, reforçando bolhas ideológicas e ampliando divisões.

Cabe às plataformas aprimorar mecanismos de transparência e moderação, aos governos estabelecer regras claras sem ferir a liberdade de expressão e, sobretudo, aos usuários desenvolver senso crítico. Consumir informação exige responsabilidade. Verificar fontes, desconfiar de conteúdos sensacionalistas e buscar diferentes perspectivas são atitudes essenciais. As redes sociais não são vilãs nem salvadoras da democracia; são ferramentas poderosas que refletem — e amplificam — a sociedade que as utiliza.



Natasha Mayer

é Farmacêutica, formada pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), pós-graduada em Cosmetologia, Saúde Estética pela Biocursos e em Gestão de Empresas. Mestre em Engenharia de Produção pela UFAM, CEO da Pharmapele Manaus e presidente da Associação dos Jovens Empresários e Empreendedores do Amazonas (AJE-AM).

O tempo da mulher moderna: como adiar a maternidade com segurança

Existe uma cena muito comum na vida da mulher moderna: ela sai de uma reunião importante, revisa metas, responde mensagens acumuladas e, entre uma conquista e outra, escuta a pergunta que nunca falha: “E os filhos, vêm quando?”. A frase parece simples, mas carrega camadas de expectativa. A mulher de hoje quer estudar, empreender, liderar, consolidar sua carreira e construir estabilidade. E também quer ser mãe. Só que, muitas vezes, não quer ser mãe agora.

Adiar a maternidade deixou de ser exceção. Tornou-se estratégia de vida. O ponto delicado é que o relógio biológico não acompanha promoções nem planos de expansão. A fertilidade feminina começa a reduzir de forma mais evidente após os 35 anos e, depois dos 40, essa queda é mais acelerada, tanto em quantidade quanto em qualidade dos óvulos. É nesse momento que surgem os medos silenciosos: “Será que ainda vai dar tempo?”, “E se eu estiver adiando demais?”, “Vou conseguir engravidar naturalmente?”.

Somam-se a isso as cobranças externas e internas. A sociedade ainda mede o tempo da mulher com régua própria. E a própria mulher, muitas vezes, se exige excelência simultânea em todas as áreas da vida. Mas a verdade é que não existe escotilha errada quando ela é consciente. O que não pode faltar é planejamento.

Se a intenção é postergar a gestação com segurança, o primeiro passo é conhecer a própria fertilidade hoje. Exames como o hormônio anti-Mülleriano (AMH), FSH e LH no terceiro dia do ciclo, estradiol e a ultrassonografia com contagem de folículos antrais ajudam a avaliar a reserva ovariana. Também é essencial investigar tireoide (TSH e T4 livre), prolactina, vitamina D e o perfil metabólico, incluindo glicemia e insulina. Resistência insulínica, inflamação crônica e

alterações hormonais impactam diretamente a qualidade ovocitária.

E aqui entra um ponto crucial: após os 35 anos, não falamos apenas de quantidade, mas principalmente de qualidade dos folículos. A qualidade está intimamente ligada à saúde mitocondrial, ao equilíbrio hormonal e ao controle do estresse oxidativo. Por isso, estratégias antioxidantes e moduladoras metabólicas tornam-se aliadas importantes.

A suplementação adequada pode ser uma ferramenta poderosa quando bem indicada. Nutrientes como coenzima Q10, ácido alfa-lipóico, vitamina D, mio-inositol em casos específicos e antioxidantes naturais ajudam a reduzir o estresse oxidativo e a proteger as células ovarianas. Entre as estratégias fitoterápicas, destaca-se a shatavarina padronizada, extraída do *Asparagus racemosus*. Quando utilizada com padronização adequada, ela atua como moduladora hormonal feminina, contribuindo para o equilíbrio do eixo reprodutivo, melhorando o ambiente folicular e suporte à qualidade ovocitária. Não se trata de promessa milagrosa, mas de suporte fisiológico inteligente, especialmente para mulheres que desejam preservar a saúde reprodutiva ao longo dos anos.

Claro que suplementação isolada não compensa hábitos desregulados. Controle de peso, alimentação anti-inflamatória, sono reparador, manejo do estresse e atividade física regular continuam sendo pilares fundamentais. Em alguns casos, o congelamento de óvulos também pode ser uma alternativa estratégica, principalmente quando a reserva ovariana ainda está em níveis favoráveis.

Prolongar a qualidade dos folículos não significa desafiá-la a biologia, mas cuidar dela com ciência e antecipação. Significa transformar informação em prevenção. A maternidade pode esperar, desde que o cuidado comece agora.

Cláudio Humberto

Com André Brito e Tiago Vasconcelos



“[A CPMI do INSS] não pode ser liquidada pelos poderosos de plantão”

Senador Eduardo Girão (Novo-CE) defende a prorrogação da investigação da comissão

Lula é aconselhado a se livrar da má influência de Amorim em sua política externa

Petistas mais moderados dizem ter recomendado a Lula (PT) reavaliar o que dita ao seu ouvido o assessor Celso Amorim, ministro de fato das Relações Exteriores, cujas recomendações têm feito o Brasil se situar sempre no lado errado das disputas – da invasão na Ucrânia às ações no Irã, passando pela guerra de Israel contra os terroristas do Hamas. Acometido de um radicalismo tardio, Amorim, 83 anos, fica cada vez pior à medida que a vida encurta. Ele tem sido péssimo conselheiro para o chefe de governo, na opinião desse grupo.

Seu nome é atraso

A cabeça atrasada de Amorim tem contribuído para a perda progressiva de prestígio de Lula mundo afora, segundo avaliam esses assessores.

Assessor não fala

Acharam o fim da picada Amorim dar entrevistas atacando o governo dos EUA por “matar o líder de um país” etc. Não lhe cabe esse protagonismo.

Queridos ditadores

Amorim também fez Lula defender o ditador corrupto Nicolás Maduro e outros tiranos amigos, situando o Brasil na escória que defende tiranias.

Cavalo de pau

Os petistas palacianos querem Lula com atitude atualizada, moderna e democrática, priorizando interesses do País, não de ideologia decadente.

Caso Master é ‘impossível de segurar’, diz deputado

O deputado Sanderson (PL-RS) aposta que “muita gente vai cair” se as investigações sobre o caso do Banco Master prosperarem no Congresso Nacional. “A situação é tão grave, que é impossível de segurar”, afirmou o parlamentar em entrevista ao podcast Diário do Poder. O deputado vê indícios de envolvimento de grandes autoridades da República, da esquerda à direita, e defende que todos sejam punidos: “ladrão é ladrão”.

Inércia

Sanderson criticou a inércia do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), que até o momento não instalou a CPI do Banco Master.

Geral

Apesar da falta de ação de Alcolumbre, o deputado afirmou também que muitos parlamentares “se

escondem” atrás do presidente do Senado.

Nunca antes

Sanderson, que é pré-candidato ao Senado, vê “crise sem precedentes” no Brasil com o escândalo do INSS, Banco Master e acusações no STF.

Supremo tirano

Curioso como a mídia só se refere a Ali Khamenei como “líder supremo” do Irã, como exigia ser chamado o ditador explodido no fim de semana. Ele instalou o regime que persegue e mata opositores, mulheres e gays.

Terror terrorista

A nova cúpula do Hezbollah nem teve tempo para o primeiro cafézinho: assumiu e disparou bombas em apoio ao Irã. Dez minutos depois, esses terroristas eram eliminados por Israel, com a habitual precisão cirúrgica.

INSS ordinário

Imigrantes se aposentou após ralar muito no Brasil, mas não tem acesso ao INSS: o sistema de reconhecimento facial é o da Justiça Eleitoral e, como não é eleitor no Brasil, para o INSS, ele simplesmente não existe.

Apoio geral

Secretário-geral da Otan, Mark Rutte elogiou a incursão no Irã que anulou o ditador Ali Khamenei e boa parte do sistema de mísseis balísticos do país. Ele garantiu que há “apoio amplo” dos principais líderes europeus aos planos do presidente dos EUA, Donald Trump.

Interesses difusos

O plenário do Senado tem duas sessões marcadas para esta semana. A pauta prevê acordos internacionais e outros projetos que criam datas comemorativas, mas nada da CPI do Banco do Master.

Senado submisso

Gera discussão entre senadores

a omissão do presidente da Casa, Davi Alcolumbre, a cada estocada do Supremo Tribunal Federal em suas prerrogativas. Dizem não saber se é medo, rabo preso ou parceria.

Mais rico, mais seguro

Durante entrevista no Jornal Gente, da Radio Bandeirantes, ontem, o brasileiro Rodrigo Paiva, que tem empresas nos Emirados, país vizinho do Irã, mostrou sentir-se mais seguro em Dubai do que no Brasil.

Prevenção ou remédio

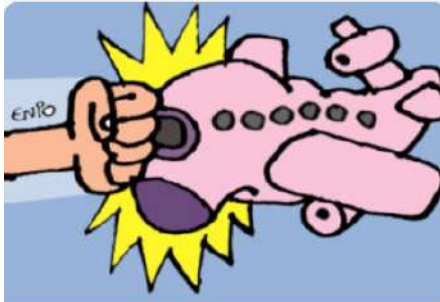
Está na agenda da Câmara dos Deputados, esta semana, um projeto de 2019 criando “novos regimes para socorrer instituições financeiras”. Se aprovado, fundos públicos é que irão “fornecer liquidez ao sistema”.

Pensando bem...

...é longe do ideal, mas a PEC da Segurança ao menos não cria “guarda revolucionária”.

Poder sem Puder Quebra-quebra

O saudoso deputado Maurício Fruet adorava pegadinhas. Certa vez, o mau tempo fez o voo Rio-Curitiba seguir para São Paulo, depois para Londrina, onde pernoveram em hotel. Na manhã seguinte avisaram que o voo iria para Florianópolis. Fruet entrou em ação, falando alto: “O pior é que eles querem nos cobrar o pernoite em Londrina!...” Os passageiros foram contidos à força. Teve gente querendo quebrar tudo.



Omar Aziz recebe apoio de 105 líderes políticos

Pré-candidato ao governo do Amazonas, Omar articula apoio de prefeitos, vereadores e deputados em Manaus

O senador Omar Aziz, pré-candidato ao governo do Amazonas, recebeu na manhã de ontem (3) cerca de 105 lideranças políticas da capital e do interior do estado, entre prefeitos, ex-prefeitos, deputados e vereadores. O encontro reforçou a articulação política em torno do projeto para as eleições de 2026.

Omar atendeu um pedido da Associação Amazonense dos Municípios (AAM), entidade que reúne prefeitos e lideranças do interior. Eles já estavam em Manaus e aqueles que não puderam estar presentes enviaram mensagens, como o prefeito de Parintins, Mateus Assayag, o prefeito de Pauini, Renato Afonso, além de gestores do Alto Solimões, região cuja distância dificulta o deslocamento até a capital.

“Política é proposta. Eu sou uma pessoa experiente e estou ouvindo todos para que a gente possa construir juntos

um programa de estado a oferecer às pessoas do meu estado”, afirmou Omar.

Alianças

Uma ampla aliança já está sendo construída para apoiar Omar e também o senador Eduardo Braga, pré-candidato à reeleição.

“As coisas estão caminhando da forma política que a gente sempre fez: com conversa e seriedade”, explicou Omar.

Durante o encontro com as lideranças, Omar Aziz também falou sobre as diretrizes do Programa Estratégico de Desenvolvimento Econômico do Amazonas, lançado na semana passada.

A ideia é que o próximo eixo do plano abordará saúde, segurança, educação e assistência social, com foco na construção de um plano de Estado, que tenha continuidade independentemente de governos.

Plano

No último dia 27, Omar Aziz lançou o Plano Estratégico de Desenvolvimento – Eixo 01. O documento reúne propostas voltadas à economia e ao desenvolvimento regional do Amazonas.

Após oito meses de traba-



Líderes já estavam em Manaus para evento com Omar

lho, a iniciativa pode impulsionar, a longo prazo, uma mudança na matriz econômica do estado.

Pré-candidato ao Governo do Amazonas, Omar Aziz tem intensificado o diálogo com diversos segmentos da sociedade.

Segundo ele, o objetivo é estruturar um Programa de Estado com continuidade, independentemente de mudanças de governo.

“Queremos construir um projeto que não seja de um governo, mas do Estado. Um plano que permaneça e dê continuidade ao desenvolvimento do Amazonas”, afirma Omar.

Além disso, o senador destacou que o plano busca integrar setores estratégicos e fortalecer a economia regional com foco em sustentabilidade e geração de oportunidades para todos.

Outro encontro

Em dezembro do ano passado, Omar Aziz reuniu mais de 30 prefeitos, além de ex-prefeitos e lideranças do interior do Amazonas. À época, o encontro foi voltado ao diálogo político e ao planejamento estratégico para 2026. A reunião ocorreu na residência do senador, em Manaus, e teve como foco principal a construção de uma agenda conjunta para 2026, a partir

das realidades e demandas dos municípios amazonenses.

O encontro reuniu lideranças de diferentes regiões do estado, que buscaram Omar Aziz para discutir investimentos, articulações institucionais e a necessidade de fortalecimento do interior nas decisões políticas nacionais. Ao fim do encontro, foi definido o objetivo de consolidar propostas e alinhar estratégias.

ORIENTAÇÕES

Tribunais lançam cartilha de Educação Midiática

REPRODUÇÃO



Entre as orientações estão a importância de verificar a fonte da informação

Os Tribunais Regionais Eleitorais brasileiros, em uma ação unificada, lançaram a cartilha “Educação Midiática – Desvendando a Desinformação”, como parte da programação da Semana de Combate à Desinformação, que aconteceu de 23 de fevereiro a 2 de março em todo o país. O material está disponível nos portais institucionais dos Tribunais e será compartilhado durante eventos e palestras.

A iniciativa integra uma mobilização nacional – organizada pelas unidades de Comunicação – para enfrentar a circulação de notícias falsas e fortalecer a educação midiática junto à socie-

dade. O objetivo é ampliar o acesso a informações confiáveis e estimular o pensamento crítico da população, especialmente entre jovens eleitores e eleitoras.

Produzida dentro da estratégia do Plano Nacional de Educação Midiática, a cartilha apresenta, em linguagem simples e acessível, orientações práticas para identificar conteúdos enganosos e evitar o compartilhamento de informações falsas. O material explica o que é desinformação, destaca seus impactos e reforça o papel da Educação Midiática e Informacional (EMI) como ferramenta essencial para a proteção da democracia.

Entre as orientações estão a importância de verificar a fonte da informação, desconfiar de conteúdos sensacionalistas, comparar versões sobre o mesmo fato e recorrer a agências de checagem antes de compartilhar qualquer conteúdo.

Regras

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou as regras sobre uso de inteligência artificial (IA) durante as eleições gerais de outubro deste ano. Por unanimidade, o tribunal decidiu proibir postagens nas redes sociais de conteúdos modificados no período de 72 horas antes do pleito e 24 horas após a votação.

LULA E FLÁVIO

Pesquisa indica empate técnico no segundo turno

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) aparece empatado tecnicamente com o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e com o governador do Paraná, Ratinho Junior (PSD), em possíveis cenários de segundo turno na disputa pelo Planalto. É o que mostra, de acordo com a CNN Brasil, o levantamento divulgado pelo instituto Real Time Big Data ontem (3).

Numa eventual disputa contra o primogênito do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), Lula tem 42% das intenções de voto, enquanto Flávio marca 41%. Votos em branco e nulos somam 10%. Outros 7% não souberam responder.

Já em simulação contra o governador paranaense, Lula

surge com 43% das intenções de voto, ante 39% de Ratinho Junior. Votos em branco e nulos são 11%. Outros 7% não souberam responder.

O levantamento desta terça-feira testou outros cinco cenários de segundo turno.

Metodologia

Foram entrevistadas 2.000 pessoas, entre os dias 28 de fevereiro e 2 de março, em todo o território nacional.

A margem de erro é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos, com intervalo de confiança de 95%. A pesquisa foi realizada com recursos do próprio instituto e está registrada no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) sob o protocolo BR09353/2026.

Polarização

No último dia 27, o estudo do instituto Paraná Pesquisas reforçou a polarização entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) na disputa pela presidência da República. Em matéria publicada pela Carta Capital, eles aparecem bem à frente dos demais candidatos nos cenários de primeiro turno testados.

O instituto apresentou dois cenários distintos aos participantes do levantamento. A diferença entre eles é o nome do eventual candidato do PSD: Ratinho Junior ou Ronaldo Caiado. Seja qual for, segue bem distante de Lula e Flávio, conforme publicação da Carta Capital.

REPRODUÇÃO



Em eventual disputa, Lula tem 42% e Flávio aparece com 41%



Programação especial e reforçada na Aleam

Eventos para o Dia da Mulher têm objetivo de transformar o simbolismo da data em ações concretas

A Procuradoria Especial da Mulher da Assembleia Legislativa do Amazonas (Aleam) preparou uma agenda intensa e diversificada para marcar o Dia Internacional da Mulher, celebrado no próximo domingo, 8 de março.

O objetivo é transformar o simbolismo da data em ações concretas de conscientização, combatendo o cenário de violência crescente e as desigualdades sociais que ainda limitam o público feminino no mercado de trabalho e em cargos de liderança.

Dando início à programação, o plenário Ruy Araújo recebe, nesta quarta-feira (4), a partir das 10h, Cessão de Tempo, com o tema “Lute como uma garota”.

A ação, proposta pela presidente da Procuradoria da



DANILO MELLO/ALEAM

Procuradoria preparou uma agenda diversificada

Mulher, deputada Alessandra Campelo (Podemos), rompe com a formalidade tradicional ao abrir a tribuna para 50 crianças e adolescentes. Na ocasião, 30 meninas e 20 meninos terão espaço para expressar suas visões sobre igualdade, respeito e direitos das mulheres.

Segundo a parlamentar, a ação foca na educação como base para uma mudança cultural, preparando meninos que respeitem a igualdade e meninas que conheçam sua força desde cedo, visando a redução futura dos índices de violência e assédio. “Não é possível falar de com-

bate à violência contra a mulher sem falar de educação”, disse Alessandra Campelo, ao afirmar que a transformação social começa na infância. “É na infância que se formam valores, que se aprende o que é respeito e que se constrói uma nova mentalidade. Dar voz às

crianças no plenário é um gesto simbólico, mas também profundamente político”, afirma a deputada.

Caminhada

Dando continuidade às celebrações, o ponto alto da mobilização externa acontece no

domingo (8), a partir das 7h30, com a caminhada “Direitos não são favores”, no calçadão da Praia da Ponta Negra.

O evento, realizado pela Procuradoria Especial da Mulher com apoio do presidente da Aleam, deputado Roberto Cidade (União Brasil), e de órgãos da rede de proteção como o Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM), Ministério Público do Amazonas (MPE-AM), Defensoria Pública do Estado (DPE-AM), Polícia Civil do Amazonas (PC-AM) e Ronda Maria da Penha da Polícia Militar do Amazonas. “Cada direito que temos foi conquistado com luta, mobilização e coragem. Nada foi dado de graça. Conhecer esses direitos é a primeira forma de protegê-los”, afirma Alessandra Campelo, reforçando a importância de conquistas como a igualdade salarial, acesso aos canais de denúncia e o combate à importunação sexual não são concessões gratuitas, mas direitos fundamentais que precisam ser defendidos diariamente por toda a sociedade.

Atualmente o Brasil ainda registra números alarmantes de feminicídio.



Dan Câmara

É Deputado Estadual, Presidente da Comissão de Segurança Pública, acesso à Justiça e Defesa Social na ALEAM, Presidente da Comissão de Justiça e Segurança Pública da UNALE, Cofundador da Força Nacional de Segurança e especialista em Planejamento Estratégico, Presidente de honra do Clube Militar dos Veteranos do Amazonas.

Ponta do Iceberg: A Realidade Invisível por Trás dos Números no Amazonas

Nos mares gelados do planeta, quando um exímio navegador encontra um iceberg, ele sabe do perigo que é navegar próximo ao gelo. A ponta do iceberg, que está visível aos olhos, é aquilo que aparece e impressiona; abaixo da superfície, porém, está a massa inteira, oculta, pesada e muitas vezes ignorada.

No Amazonas, os indicadores oficiais recentemente divulgados em algumas mídias e discursos políticos dão a impressão de avanços pontuais, mas, ao descermos sob a superfície, a realidade que emerge é outra, mais dura, mais estrutural e muito menos otimista.

Viver por aqui é desafiador para todos que nasceram ou escolheram morar no Amazonas. Sempre que as pesquisas sobre qualidade de vida são publicadas, infelizmente estamos nas piores colocações do ranking nacional. Não importa qual seja o item avaliado: educação, habitação, segurança pública, saúde, mobilidade urbana, dentre outros.

Eu sinceramente gostaria de estar escrevendo sobre boas notícias, mas infelizmente precisamos tratar de assuntos que nos causam vergonha, para assim, corrigirmos nosso rumo. Lidar com a verdade é melhor, é

correto, é honesto.

As atuais propagandas dos governos que circulam nos meios de comunicação, poderiam ser enquadradas baseadas no código do consumidor brasileiro como “Propaganda Enganosa”. A falta de merenda escolar neste início de ano letivo está na Ordem do Dia. Todos sabem, todas as famílias sabem, os gestores estão cientes, o parlamento sabe, as secretarias sabem da ausência de alimento para os alunos, mas nada está sendo dito, nenhuma informação pública foi divulgada. Como deixaremos de ser o último colocado no Enem, se nem conseguimos alimento de qualidade para os alunos? “Prever para Prover” é muito básico na administração pública.

Esta mesma realidade acontece na segurança pública, a mesma tática de comunicação enganosa está sendo aplicada. O Sistema de Proteção Social dos servidores militares do Amazonas é um exemplo disso. A data base que ainda não foi anunciado. Apelo ao Governo, que está no último ano de mandato, que pague as três datas-bases das forças de segurança: a de 2026, que vencerá em 21 de abril, e as de 2021 e 2022, já vencidas. A população clama por segurança. E

não há segurança pública sem valorização profissional.

O setor de saúde expõe, talvez de forma mais dramática, a dinâmica do iceberg: Meros propagandas de leitos inaugurados e ampliação de serviços, não oculta a precariedade dos hospitais quando confrontada com a experiência cotidiana dos usuários do Sistema Único de Saúde. Qualquer cidadão que necessita de atendimento público de saúde, testemunha a dura realidade de quem precisa de um tratamento digno para um enfermo. Há descaso nos hospitais, há sofrimento em todos os corredores dos hospitais. Maquiagem a dura realidade para que a população acredite que melhorou, que agora tem qualidade, que agora tem dignidade, entretanto, não é bem assim.

O padrão que emerge dessas três grandes áreas fundamentais para a vida (educação, segurança e saúde) é o mesmo. Desvelar essa parte submersa do iceberg é condição indispensável para um diálogo público honesto e para a formulação de soluções que efetivamente melhorem as condições de vida das pessoas no Amazonas.

► ENDOMETRIOSE

Campanha Março Amarelo amplia conscientização

DANILO MELLO/ALEAM



Aleam promove políticas públicas voltadas à informação

Durante o mês de março deste ano, a campanha Março Amarelo mobiliza instituições públicas e entidades de saúde em todo o mundo para conscientizar sobre a endometriose.

A doença é inflamatória crônica que afeta cerca de uma em cada dez mulheres em idade reprodutiva.

A Assembleia Legislativa do Amazonas (Aleam) desempenha papel importante na promoção de políticas públicas voltadas à informação, acolhimento e incentivo ao tratamento da doença, reforçando que dores pélvicas intensas e cólicas incapacitantes não devem ser consideradas normais.

A iniciativa busca ampliar o diagnóstico precoce, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e da fertilidade das pacientes.

É o caso da Semana de Prevenção à Endometriose

se e Infertilidade, instituída pela Lei nº 4.068/2014, originada pelo Projeto de Lei nº 114/2012, da então deputada Conceição Sampaio.

A ação deve ser realizada anualmente entre os dias 8 e 14 de março.

O objetivo é conscientizar sobre a doença, incentivar o diagnóstico precoce e oferecer apoio às mulheres que enfrentam dificuldades relacionadas à endometriose e à infertilidade.

Políticas públicas

O Governo do Amazonas também sancionou a Lei nº 8.054/2026, derivada do Projeto de Lei nº 456/2025, de autoria da deputada estadual Mayra Dias (Avante).

O objetivo da proposta é fortalecer políticas públicas de prevenção e tratamento da endometriose no estado.

A nova legislação amplia ações de conscientização, qualificação profissional e

garantia de direitos às mulheres diagnosticadas com a doença.

Entre as mudanças, a lei prevê que capacitações, treinamentos, simpósios e eventos de educação continuada promovidos por órgãos públicos de saúde incluam conteúdos específicos sobre endometriose, abordando aspectos clínicos, terapêuticos e de acolhimento às pacientes.

As ações também devem ser adaptadas conforme a faixa etária e o nível de ensino.

O foco principal é em estudantes do Ensino Fundamental II e Ensino Médio.

Estão previstas rodas de conversa, palestras, exposições educativas, vídeos informativos e distribuição de materiais didáticos com linguagem acessível, incentivando o reconhecimento precoce dos sintomas e a prática do autocuidado.

Amazonas vive um momento mais consistente, com planejamento e investimentos concretos

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (Sedecti) recebeu, ontem (3), o presidente do Sindicato das Indústrias de Alimentação de Manaus (SIAM), Pedro Monteiro, que esteve reunido com o secretário Serafim Corrêa, acompanhado do empresário do setor alimentício Sérgio Band, para tratar de oportunidades e projetos voltados à bioeconomia no Amazonas, com a participação da equipe técnica da pasta.

Durante o encontro, foram apresentadas iniciativas de indústrias associadas ao sindicato, além de projetos que a Virrosa pretende desenvolver com foco na agregação de valor aos insumos regionais, geração de emprego e fortalecimento da cadeia produtiva local.

De acordo com o secretário da Sedecti, Serafim Corrêa, a proposta do Governo do Amazonas, com a implementação do Plano Estadual de Bioeconomia, é criar uma verdadeira vitrine para os produtos regionais, garantindo visibilidade, organização e posicionamento estratégico às cadeias produtivas do estado.

“A bioeconomia é uma das grandes vocações do Amazonas. O que o Governo busca é organizar esse

Bioeconomia avança no Polo Industrial



Foram apresentadas iniciativas de indústrias e outros projetos

potencial, dar segurança jurídica e criar um ambiente favorável para que projetos consistentes, com viabilidade técnica e geração de emprego, possam se desenvolver com responsabilidade e dentro da legalidade”, afirmou Corrêa.

O presidente do SIAM, Pedro Monteiro, destacou que o estado vive um momento

mais consistente, com planejamento e investimentos concretos, resultado da articulação entre iniciativa privada e poder público. A avaliação dele é de que a bioeconomia pode se firmar como vetor relevante de interiorização do desenvolvimento, geração de renda e inovação.

“Houve consenso de que

a bioeconomia se consolida como complemento estruturante inserido no Polo Industrial de Manaus. Ao lado de outras frentes estratégicas em desenvolvimento no estado, como o avanço do gás natural e o fortalecimento da estrutura portuária, com impactos na logística fluvial e no transporte de grãos,

contribui para diversificar as matrizes econômicas do Amazonas e fortalecer sua base produtiva”, destacou.

A A bioeconomia é um modelo econômico sustentável que utiliza recursos biológicos renováveis (biomassa) para produzir alimentos, energia, produtos e serviços, visando substituir combustíveis fósseis.

Focada na inovação, na valorização da biodiversidade e na economia circular, ela gera renda e empregos com conservação ambiental.

O O objetivo é oferecer soluções para a sustentabilidade dos sistemas de produção com vistas à substituição de recursos fósseis e não renováveis.

► BENS

Imóveis e carros estão disponíveis para leilão

DIVULGAÇÃO



Bens poderão ser visitados antes do evento presencial

O Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região (AM/RR) realizará seu primeiro leilão do ano no dia 30 de março, às 9h30 (horário de Manaus). A venda pública de bens móveis e imóveis ocorrerá em formato virtual por meio do site www.wrleiloes.com.br, e presencialmente, no auditório do Fórum Trabalhista de Manaus. Será o primeiro leilão presencial da Justiça do Trabalho desde a pandemia do COVID-19, em 2019.

Neste leilão, estarão disponíveis para compra

diversos bens, entre eles, casas, carros, lotes de terra e itens como bicicletas, caixas acústicas e diversos aparelhos eletrodomésticos. A maioria dos imóveis ofertados estão localizados em municípios do interior do estado, como em Maués, Manacapuru e Presidente Figueiredo.

O TRT-11 realizará um leilão no formato presencial pela primeira vez desde a pandemia do Covid-19. De acordo com a juíza coordena-

nadora da Seção de Hasta Pública (SEHASP), Yone Silva Gurgel Cardoso, a vantagem do leilão presencial é a finalização imediata.

Esta é uma oportunidade para tirar dúvidas na hora com o leiloeiro sobre o edital, documentos, condições de pagamento, removendo inseguranças no momento do lance. Dentre os imóveis que serão leiloados na capital do Amazonas, destaca-se um terreno denominado Chácara Calábria, avaliado em R\$ 1,8 milhão, situado no bairro do Tarumã.

► REDUÇÃO

Governo pode enviar projeto da escala 6x1 com urgência

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, disse, em São Paulo, que o governo poderá enviar um Projeto de Lei com urgência para o Congresso Nacional, caso as discussões que tratam sobre a jornada de trabalho, como o fim da escala 6x1 e a redução de horas semanais, não caminhem na “velocidade desejada”.

A urgência impõe que tanto a Câmara dos Deputados quanto o Senado tenham 45 dias para deliberar o tema, sob pena de trancamento da pauta.

“Tem um debate importante com a direção das duas Casas [Câmara e Se-

nado]. O presidente [da Câmara] Hugo Motta assumiu conosco de tocar as duas coisas: as PECs [Proposta de Emenda à Constituição] que estavam lá e também os projetos de lei [PL] vigentes que estão tramitando na Casa. Evidentemente que o PL pode ter uma velocidade maior que o da PEC. Mas o governo não descarta, a depender da conversa entre o presidente Hugo Mota e o presidente Lula, de mandar um projeto de lei em urgência. Se as coisas não caminharem na velocidade desejada, nós podemos então caminhar um projeto de lei com urgência que, acredito,

seria a possibilidade dela evoluir”, disse o ministro, durante entrevista coletiva em que divulgou os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego.

Uma das PECs aumenta de um para dois dias o descanso mínimo semanal — preferencialmente aos sábados e domingos — e diminui de 44 para 36 horas o tempo máximo de trabalho semanal, sem contar horas extras. Atualmente, a Constituição estabelece que a carga de trabalho será de até oito horas diárias e até 44 horas semanais.



Uma das PECs aumenta para dois dias o descanso

Amazonas Meu Lar beneficia mais de 30 mil famílias

DIVULGAÇÃO

Programa Amazonas Meu Lar integra moradia, saneamento e reassentamento

Com previsão de mais de R\$ 4 bilhões em investimentos e meta de atender pelo menos 24 mil famílias com moradia, além de regularizar outras 33 mil propriedades, o Governo do Amazonas fortalece a política habitacional como eixo da política urbana estadual.

Sob a condução do governador Wilson Lima (União Brasil), a estratégia é executada por meio do Programa Amazonas Meu Lar, coordenado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano (Sedurb).

O programa reúne ações de construção de moradias, reassentamento de famílias que vivem em áreas de risco e ampliação do saneamento básico, tanto na capital quanto no interior.

“Habitação é um ponto de partida para reorganizar a cidade. Quando oferecemos moradia digna, levamos junto infraestrutura, segurança jurídica e qualidade de vida. Essa é a lógica que estamos aplicando no Amazonas”, afirma Wilson Lima.

Nesse modelo, Sedurb e a Unidade Gestora de Projetos Especiais (UGPE) atuam de for-

ma integrada na elaboração e execução técnica dos projetos. O secretário Marcellus Campêlo defende que a política habitacional precisa dialogar com outras áreas. “Nossos projetos abrangem infraestrutura, saneamento, mobilidade e local com acesso aos serviços públicos”, destaca.

Amazonas Meu Lar

Lançado em 2023, o Programa Amazonas Meu Lar já contemplou, até janeiro de 2026, 30.681 famílias — 21.931 com títulos definitivos e 8.750 com unidades residenciais, indenizações e bônus para aquisição de imóvel.

O investimento efetivo até 2025 soma R\$ 476,2 milhões.

O programa entregou 296 unidades habitacionais e mantém 1.414 em construção. Em Manaus, destacam-se os residenciais Maués (72 unidades), General Rodrigo Otávio (32) e Ozias Monteiro (192). Além disso, há 336 unidades em construção na área da ligação viária entre as avenidas Silves e Maués.

Empreendimentos em parceria com o Minha Casa, Minha Vida somam 576 unidades nos bairros Novo Aleixo, Petrópolis, Compensa, Alvorada e Tarumã.

No interior, as entregas alcançam municípios como Iranduba, Tefé e São Gabriel da Cachoeira, com 838 moradias.

No primeiro semestre, estão previstas 520 unidades do Complexo Habitacional Cachoeira Grande, no bairro São Jorge, e 248 do Prosai Parintins.



Governo do Amazonas amplia investimentos e projeta atender 57 mil famílias

Reassentamento

O Prosamin+, financiado com US\$ 114 milhões pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), atua na recuperação de áreas vulneráveis, especialmente em regiões de Igarapés.

Até o momento, 1.735 famílias foram reassentadas de áreas de risco, dentro de um total previsto de 2.580. O programa prevê 808 unidades habitacionais, entre entregues, em execução e planejadas.

No interior, o Prosai Parintins combina habitação e saneamento em um investimento de US\$ 87,5 milhões, sendo US\$ 70 milhões do BID e US\$ 17,5

milhões do Estado. O programa prevê o reassentamento de 832 famílias e 504 unidades habitacionais planejadas.

“A política habitacional não pode estar restrita à capital. O interior também precisa de soluções completas, que envolvam água tratada, reassentamento seguro e reorganização urbana”, reforça Marcellus Campêlo.

Crédito habitacional

O programa inclui o Subsídio Entrada do Meu Lar, que concede entre R\$ 20 mil e R\$ 35 mil para famílias utilizarem como entrada na compra do imóvel.

A linha de crédito já beneficiou 2.244 famílias, com aporte estadual de R\$ 67,1 milhões.

“Optamos por um modelo que não depende de uma única solução de moradia. Há situações que exigem reassentamento imediato, outras pedem regularização fundiária e outras podem ser resolvidas com apoio financeiro para aquisição do imóvel ou auxílio-aluguel. Essa combinação amplia o alcance da política habitacional e garante resposta adequada a cada realidade”, afirma o secretário.

Moradias sustentáveis

Em 2026, o estado sancionou a Lei nº 8.084, que institui a Política de Habitação de Inte-

resse Social Sustentável (HISS).

Como desdobramento, o governo lançou o Amazonas EcoLar, coordenado pela Defesa Civil. O projeto-piloto prevê 16 unidades para famílias de áreas de risco no bairro Petrópolis, em Manaus. As casas utilizam blocos produzidos a partir de plástico reciclado.

A UGPE executará a urbanização da área, incluindo drenagem, redes de água e esgoto, iluminação e terraplenagem.

“O EcoLar incorpora inovação à política habitacional e alinha moradia à responsabilidade ambiental. A habitação passa a ser também ferramenta de sustentabilidade urbana”.

SEMASC

Prefeitura entrega 400 kits para gestantes

DIVULGAÇÃO



David Almeida entrega Kits do projeto “Mãe Manauara”

O prefeito de Manaus, David Almeida, realizou, ontem (3), a entrega de mais 400 kits do projeto “Mãe Manauara”, coordenado pela Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Cidadania (Semasc). A solenidade ocorreu na sede da secretaria, no Centro.

A ação integra o programa “Manaus por Você”, política estruturante da atual gestão voltada à proteção social, inclusão e promoção da cidadania, com execução prevista até 2026. Nesta fase, os kits foram destinados a gestantes em situação de vulnerabilidade social, referenciadas nos Centros de Referência de Assistência Social e no Centro de Referência dos Direitos da Mulher.

Durante o evento, o prefeito destacou o papel da prefeitura na organização da rede de cuidado que acompanha mães e crianças desde o período gestacional. “A prefeitura é a que menos recebe, mas é a que mais entrega. A prefeitura cuida do cidadão antes de ele nascer”, afirmou.

Ao defender a condução

técnica das políticas públicas, reforçou a importância da escuta especializada na formulação das ações sociais. “Quando um governo não dá certo é porque não ouviu os especialistas. Na assistência social, é a mesma coisa. Dê condições e cobre resultados”, disse.

O programa “Mãe Manauara” está inserido em uma lógica de atendimento contínuo. As gestantes beneficiadas são acompanhadas nas unidades básicas de saúde durante o pré-natal e, após o nascimento, seguem assistidas

pela rede municipal, seja na política nutricional, na educação infantil ou nos equipamentos da assistência social. O kit não é uma ação isolada, mas parte de uma estratégia de cuidado integral.

O secretário municipal da Mulher, Assistência Social e Cidadania, Saullo Vianna, contextualizou a dimensão social da capital ao destacar os dados do Cadastro Único. “Na cidade de Manaus, mais de 1 milhão e 100 mil pessoas estão no CadÚnico. Mais da metade da população depende de algum tipo de programa social”, declarou.

FAMETRO

Clínica oferece atendimentos gratuitos de quiropraxia

A Clínica Fametro iniciará, no dia 9 de março de 2026, atendimentos gratuitos em Quiropraxia na Unidade 5, localizada na Avenida Constantino Nery, nº 3532. As sessões serão realizadas às segundas e quartas-feiras, das 16h30 às 18h30, na sala ao lado da Coordenação do Apoio Técnico de Laboratórios, após a Loja de Jalecos, no G2. A iniciativa amplia o acesso da comunidade acadêmica e do público externo a cuidados voltados à saúde musculoesquelética.

Os atendimentos serão destinados a pacientes previamente selecionados e ocorrerão sob supervisão acadêmica. A proposta é oferecer assistência à população, ao mesmo tempo em que contribui para a formação prática dos estudantes do curso.

A Quiropraxia é uma área da saúde focada na avaliação, diagnóstico, tratamento e prevenção de disfunções do sistema neuro-músculo-esquelético, especialmente da coluna vertebral. Entre as queixas mais comuns atendidas pela prática estão dores

nas costas, no pescoço, cefaleias de origem tensional e desconfortos articulares.

As vagas são limitadas. Os interessados devem procurar o local informado para obter orientações sobre critérios de participação e agendamento.

Sobre o curso

O curso de Bacharelado em Quiropraxia da Fametro tem duração de quatro anos e possui reconhecimento do Ministério da

Educação (MEC), além de alinhamento com diretrizes da Federação Mundial de Quiropraxia e da Organização Mundial da Saúde (OMS). A graduação tem como objetivo formar profissionais capacitados técnica e cientificamente para o exercício da profissão.

A área apresenta expansão no mercado de saúde, com atuação em clínicas, centros de reabilitação, atendimentos esportivos e consultórios próprios.

DIVULGAÇÃO



Atendimentos na Fametro começam dia 9 de março e serão realizados duas vezes

Festival de Porco 2026 cria rota gastronômica

Movimento celebra a carne de porco com criações especiais de cada restaurante participante

Sabor, técnica e criatividade marcam a 3ª edição do Festival de Porco, que acontece em Manaus até o dia 15 de março. Idealizado pelo empresário Jean Fabrício e pelo chef Menga Rôla, gestores do restaurante “A Porcaria Boteco”, o movimento gastronômico – carinhosamente conhecido como FDP 2026 – reúne 20 estabelecimentos da capital, apresentando pratos especiais que têm a porcina como protagonista.

A ideia do projeto, que nasceu em 2024, é valorizar a carne de porco, mostrar sua versatilidade e desmistificar o consumo da proteína.

“O festival surgiu por conta da vontade de movimentar a cidade e mostrar que o porco é uma das carnes mais saudáveis do mundo. Sabíamos que sozinhos não conseguiríamos, mas, se reuníssemos vários restaurantes, teríamos chances de ampliar o protagonismo dessa carne na gastronomia regional, valorizar a suinocultura e estimular a inovação culinária”, detalha Fabrício.

O FDP 2026 funciona da seguinte forma: cada estabelecimento participante cria pratos especiais com a carne para mostrar ao público o quanto é possível ser criativo usando a proteína.

O “Chicharrón de Porco” (panceta de porco marinada na cachaça e com temperos do chef, que acompanha macaxeira, salsa e pimenta rocoto) do restaurante Mira Flores, o “Di Porco” (pão francês torrado com creme de queijos ao alho, pernil de porco desfiado e bem temperado, finalizado com cubos de abacaxi salteados em mel apimentado) do Santa Brêja Gastrobar, o “Pernil ao Toque da Cachaça Amazônica” (lentamente preparado e envolvido em um molho à base de cachaça e servido com pão francês crocante ou pão especial artesanal) do Requite Pães



Rota gastronômica conta com 20 restaurantes em Manaus

e Tortas, a “Linguça artesanal de pernil” (levemente picante, com farofa e molho vinagrete) do Monique Bar e a “Bifana do Armando” (pedaços de picanha suína temperados com vinho, cerveja, alho, cebola, louro, pimenta do reino, colorau) do Bar do Armando estão na lista da rota gastronômica.

Além desses estabelecimentos, participam: 24D04 Grill & Wine, Amazon Bowling Adriá-nópolis, Biergarten Manaus, O Boteco (unidades do Amazonas Shopping e do Sumaúma Park Shopping), Portucale, Cachaçaria do Dedé (unidade Parque Dez), Adolpho Assador, Ferrugem Rock Gourmet, Franco’s Pizza, Amazon Grill, Cantina Ghiotto, Churrasco da Vila, Espeto Misto e a própria “A Porcaria Boteco” (primeira e única casa especializada com alimentos em geral produzidos com carne de porco).

Lançamento
Abertura oficial da 3ª edição

do Festival de Porco aconteceu no último sábado (28 de fevereiro), no Velho Monge Cozinha Brasileira, localizado na zona Centro-Sul de Manaus. O lançamento reuniu chefs convidados, empresários do setor e profissionais da gastronomia para uma tarde de conteúdo técnico e experiências culinárias.

A programação contou com três aulas-show exclusivas, conduzidas por nomes de destaque: Chef Menga Rôla; Chef Martina Caminha, do Chez Martina; e Andrea Cancian, CEO do Fabene, frigorífico especializado em cortes suínos premium. Segundo Fabrício, até a próxima semana, o público de Manaus terá a chance de experimentar pratos inovadores e clássicos à base de carne de porco nos estabelecimentos participantes espalhados pela cidade.

DIVULGAÇÃO



▶ CIRCULAÇÃO

Grupo Jurubebas em festivais nacionais

O Grupo Jurubebas de Teatro (AM), um dos coletivos mais premiados do Norte do país, inicia a jornada de 2026 para fortalecer as artes cênicas no circuito nacional de festivais de teatro. A companhia confirmou participação, neste mês de março, no II Festival de Teatro do Tapajós, em Santarém no Pará, e no VIII Festival Internacional de Teatro de Araçuaí, no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais.

A circulação leva aos palcos brasileiros obras que unem a estética contemporânea ao imaginário popular e as urgências sociais da região amazônica. “Desassossego” será apresentado no dia 19 de março de 2026, às 19h, na Casa da Cultura de Santarém (PA), e “Tucumã & Buriti – As Brocadas do Tarumã-açú” no Centro Cultural Luz da Lua (MG) dia 29 de março às 10h, ambos com entrada gratuita.

A relevância do grupo no

cenário teatral brasileiro é chancelada por conquistas recentes, como o título de Melhor Grupo de Teatro no prestigiado Prêmio Cenym de Teatro Nacional. Com sede em Manaus, o grupo atua diretamente na formação de novos produtores e na economia criativa local, consolidando-se no cenário artístico e cultural no estado do Amazonas.

A circulação nacional é um ato de afirmação política e artística, combatendo o isolamento geográfico que muitas vezes limita a visibilidade dos artistas locais. Para o diretor Felipe Maya Jatobá, estar em festivais em polos tão distintos como o Pará e Minas Gerais permite que a “cosmovisão amazônica” dialogue com outras brasilidades, provando que a produção nordestina possui qualidade e profundidade temática para ocupar qualquer palco do país.

JOSEF PONCIANO



Coletivo de Manaus apresenta “Desassossego”

▶ PRESERVAÇÃO

‘Circo Teatro Guarda-Chuva’ chega às comunidades

Os bairros Cidade Nova e São José vão receber, nesta semana, o “Circo Teatro Guarda-Chuva”, do ator e diretor Marcos Efraim, que apresenta ao público uma mensagem sobre a preservação do meio ambiente, especialmente sobre os rios da Amazônia, queimadas criminosas e aquecimento global.

Na quarta-feira (4), acontece na Casa Plano Perfeito, às 18h, na Rua Tocantinópolis, 307, São José, com acesso gratuito.

“A ideia da criação desse espetáculo surge a partir da maior seca que o Amazonas já teve nos últimos anos, onde muitas pessoas acabam sendo atingidas por esse acontecimento, impactando as navegações e comunidades ribeirinhas pelo Amazonas como um todo”, afirma Marcos Efraim.

“Foi assim que criamos o personagem O Viajante, que teve sua vida afetada por essa seca e decidiu

pegar seu guarda-chuva e visitar as localidades afetadas, para tentar humanizar os ambientes que se encontram pessoas em vulnerabilidade social”, completa o diretor.

Em cena, O Viajante e o Sr. Matrinxã se unem para combater a poluição e proteger os animais, mostrando que juntos podemos fazer a diferença.

“A peça é uma jornada emocionante e poética que explora a conexão entre os seres humanos e a natureza, e como podemos trabalhar juntos para preservar o planeta”, pontua Marcos Efraim. “Queremos provocar reflexão nas comunidades sobre as mudanças climáticas e o quanto isso afeta de forma negativa a nossa região anualmente”.

O projeto, com sistema de acessibilidade em Libras, já passou pelos bairros Jorge Teixeira e Santa Etelvina.

“Temos a proposta de realizar muitas outras apresentações e ações pela cidade de Manaus, para descentralizar o fazer teatral que é bem mais presente no centro da capital amazonense”, comenta o ator.

Além de Marcos Efraim na atuação e direção, a ficha técnica tem Emily Danali na dramaturgia, Léo Alfaia na cenotécnica, Ananda Sarah na produção executiva, Mariana Meichtry na fotografia, Giovanni Matos como social media e Marnuella Barros na assessoria de imprensa.

O “Circo Teatro Guarda-Chuva” foi contemplado no Edital de Fomento à Execução de Ações Culturais de Teatro – Nº 07/2024 e tem apoio do Governo do Amazonas, por meio da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, Conselho Estadual de Cultura e Governo Federal – Brasil União e Reconstrução.



Espectáculo gratuito leva mensagem sobre meio ambiente

Rodrygo sofre lesão grave e está fora da Copa

Brasileiro rompeu o ligamento do joelho direito e deve ficar mais de três meses fora dos gramados

Em Tempo

Rodrygo, do Real Madrid da Seleção Brasileira, teve constatado um rompimento no ligamento cruzado anterior do joelho direito. Com a gravidade da contusão, o atleta se despede do restante da temporada europeia e também não terá condições físicas de disputar a Copa do Mundo.

O Lance apurou que o jogador precisará passar por cirurgia, com data e local indefinidos, mas que deve ocorrer nos próximos dias. O Real Madrid confirmou a lesão do jogador após a publicação da matéria.

“Após exames realizados hoje em nosso jogador Rodrygo pelos Serviços Médicos do Real Madrid, foi diagnosticada uma ruptura do ligamento cruzado anterior e uma ruptura do menisco lateral da perna direita”.

Incidente no Bernabéu

A lesão ocorreu na última segunda-feira (2), durante a derrota do Real Madrid para o Getafe, em partida disputada no estádio Santiago Bernabéu. O confronto marcava o retorno de Rodrygo aos gramados, após o brasileiro passar quase um mês afastado tratando uma tendinite. O camisa 11 foi acionado aos nove minutos do segundo tempo,

na marca dos 54 minutos globais da partida.

Poucos minutos após pisar no gramado, o atacante caiu na linha lateral com a perna enganchada no campo, apresentando evidentes gestos de dor. Apesar do desconforto e de ter levado a mão ao joelho direito diversas vezes ao longo do jogo, Rodrygo conseguiu continuar em campo até o apito final sem conseguir furar o bloqueio defensivo do Getafe.

Fora da Copa do Mundo

Com a confirmação da lesão, Rodrygo terá que passar por cirurgia na região, o que irá demorar de 9 a 12 meses para cicatrização completa. Sendo assim, o jogador irá perder a Copa do Mundo, que será realizada entre junho e julho deste ano.

O atacante era um dos jogadores de confiança de Carlo Ancelotti, principalmente pelo tempo em que trabalharam juntos no Real Madrid. Para o lugar de Rodrygo, o treinador da Seleção Brasileira pode convocar Matheus Cunha, Neymar ou Antony.

Crise ofensiva no Real

As primeiras avaliações médicas, ainda no vestiário, geraram pessimismo. Os médicos do clube concordaram em realizar exames aprofundados na manhã de terça-feira, quando a extensão exata da lesão ligamentar foi diagnosticada. A contusão representa um duro golpe tanto para a Seleção Brasileira quanto para o planejamento do Real Madrid.

Com a confirmação do

problema médico, a equipe espanhola passa a enfrentar uma escassez de peças no setor ofensivo. Para o próximo compromisso contra o Vigo, o elenco madridista contará apenas com Vinicius e Gonzalo como opções de ataque. A lista de desfalques inclui Kylian Mbappé, que também se encontra lesionado, além de Mastantuono, que está suspenso após receber cartão vermelho nos

minutos finais do embate contra o Getafe.

Seleção

A Seleção Brasileira está há 100 dias de dar o pontapé inicial na Copa do Mundo da América do Norte e a expectativa sobre a convocação cresce na torcida, bem como a que disputa uma vaga no time de Ancelotti. Neste contexto, o treinador até afirma que já tem nomes

confirmados para a campanha rumo ao Hexa, porém, o fato é que praticamente em todas as posições existe concorrência forte por um lugar na lista.

Pelo lado das dúvidas, Neymar puxa a fila dos que ainda precisam mostrar que estão aptos para o Mundial, já as certezas de que farão parte do grupo têm nomes como o goleiro Alisson, o zagueiro Marquinhos, os meias Bruno Guimarães e Casemiro, os atacantes Raphinha, Vini Jr e Estêvão, entre outros.

O cenário ainda traz pontos de interrogação, mas a resposta pode começar a aparecer muito em breve. No dia 16, Carlo Ancelotti divulga a lista com os 26 jogadores que vão representar o Brasil nos próximos compromissos da Seleção.

Os amistosos serão contra a Seleção Francesa e a Seleção Croata de Futebol, nos dias 26 e 31 deste mês, respectivamente, em solo norte-americano. Mais do que simples testes, os confrontos podem indicar caminhos, consolidar nomes e abrir espaço para surpresas em um momento de expectativa total do torcedor brasileiro. A lista final dos que disputarão a Copa deve ser divulgada em 19 de maio.



TREINADOR

Fla acerta com Leonardo Jardim

O Flamengo acertou a contratação do técnico Leonardo Jardim. O treinador, que está livre no mercado, chega para assumir o lugar de Filipe Luís, demitido após a vitória por 8 a 0 contra o Madureira pelo Carioca. O técnico português, que trabalhou no Cruzeiro em 2025, chegou ao Rio ontem (3).

Jardim, que assinará contrato até o fim de 2027, deve ter o primeiro contato com os jogadores do Flamengo hoje (4), no Ninho do Urubu.

Não é de hoje que Jardim está no radar do Flamengo. No fim do ano passado, enquanto a cúpula rubro-negra negociava a renovação de contrato de Filipe Luís, o nome do treinador português foi cogitado internamente. Nos últimos dias, com o trabalho do, agora, ex-treinador cada vez mais questionado, o nome de Jardim cresceu nas alas da Gávea. Jardim se reuniu com membros da diretoria do Flamengo nesta segunda-feira (2).

DIVULGAÇÃO



Leonardo Jardim será novo técnico do Flamengo

VASCORRIDA

Retirada de kits será sexta (6) e sábado (7), na Arena

A contagem regressiva terminou. A Vascorrída 2026 – edição Manaus acontece neste domingo, 8 de março, com largada e chegada no Podium da Arena da Amazônia, e a organização reforça as informações essenciais para os participantes.

A concentração dos atletas começa às 4h30, no próprio complexo da Arena da Amazônia. A largada está prevista para às 5h30, reunindo corredores dos percursos de 10 Km, 5 Km e da Caminhada 3 Km, que inclui a tradicional participação das famílias e pets.

Retirada dos kits

De acordo com a MI Eventos,

a entrega dos kits da Vascorrída será realizada na sexta-feira, 6, e no sábado, 7, das 10h às 20h, no Salão Bossa Nova da Arena da Amazônia.

O acesso para retirada acontece pela Rua Flaviano Limongi, Portão D, ao lado da Arena Amadeu Teixeira. A organização reforça que não haverá entrega de kits no dia do evento. O kit é pessoal e intransferível.

Inscrições encerradas

A organização informa que as inscrições para participação na prova que estavam sendo feitas pelo site www.ticketsports.com.br

estão encerradas. A expectativa é que a prova reúna um grande público, entre corredores de alto rendimento, torcedores do Vasco da Gama e amantes da prática esportiva.

Orientação

Para garantir a segurança, organização e o clima temático da Vascorrída, não será permitido o acesso à Arena da Amazônia nem a participação na corrida com camisas de outros clubes.

Durante a prova, será autorizado o uso exclusivo da camisa oficial do evento, camisas

do Vasco ou das Seleções do Brasil e de Portugal. A medida visa preservar a identidade da corrida oficial do clube e manter a atmosfera de integração entre os participantes.

Programação

A Vascorrída 2026 contará com percursos de 10 Km e 5 Km, além da Caminhada 3 Km, que integra o Concurso Vascão, voltado aos pets caracterizados com as cores cruzmaltinas.

O público poderá participar da Roda de Samba do Vascão, comandada pelo músico Andrezinho, integrante do Molejo.

DIVULGAÇÃO



Vascorrída será neste domingo (8), no Pódium da Arena da Amazônia

Mais de 780 mortos no Irã em guerra com EUA

GETTY IMAGES

Mortes no Irã chegam a 787 após bombardeios de EUA e Israel

O Crescente Vermelho do Irã, braço regional da Cruz Vermelha, confirmou ontem (3) que o número de mortos no país subiu para 787. O novo balanço foi divulgado no quarto dia da guerra contra os Estados Unidos e Israel, poucos minutos após novos bombardeios israelenses atingirem a capital Teerã. Além disso, autoridades alertam que mortes provocadas pelos ataques desta terça-feira ainda podem não ter sido contabilizadas. Entre as vítimas, 165 pessoas morreram em um ataque a uma escola feminina, cujos funerais acontecem nesta terça pelo governo iraniano.

Como começou o conflito
A guerra teve início no sábado (28) com ataques aéreos que mataram o líder supremo do Irã, Ali Khamenei, e autoridades militares do país. Desde então, o Irã

retaliou com disparos de mísseis contra Israel e bases militares dos Estados Unidos no Oriente Médio. “Infelizmente, haverá mais [mortes] antes que [a guerra] acabe. Mas os Estados Unidos vão vingar seus mortos e desferir o golpe mais devastador aos terroristas que travam uma guerra, basicamente, contra a civilização”, afirmou o presidente dos EUA, Donald Trump, no domingo. A troca de ataques segue diariamente, com bombardeios atingindo Teerã, outras cidades iranianas e bases estratégicas na região.

Impactos humanitários
Os Estados Unidos relataram que seis militares norte-americanos já morreram desde o início da guerra, enquanto Israel continua sendo alvo de mísseis disparados pelo Irã. O conflito cresce rapidamente, gerando tensões em toda a região do Oriente Médio e preocupações internacionais quanto à escalada do confronto. O Crescente Vermelho do Irã monitora a situação de vítimas civis e militares, alertando que os números podem subir à medida que novos ataques acontecem.

Destruição
O prédio que funciona como



Conflito continua com retaliações e ataques diários

sede da Assembleia de Especialistas, órgão constitucionalmente encarregado de selecionar um novo líder supremo do Irã, foi completamente destruído em um ataque aéreo ontem (3), reportaram agências de notícias iranianas. A autoria exata do bombardeio contra a cidade de Qom, ao sul de Teerã, ainda é desconhecida, mas Israel havia dito

mais cedo ter atacado a sede da Presidência e do Conselho de Segurança do Irã, enquanto os Estados Unidos realizaram novas incursões aéreas na capital. Também não se sabe se os membros da assembleia estavam reunidos no local no momento do ataque, uma vez que a convocação do colegiado não foi anunciada. Uma pessoa ouvida pela agência de notícias local Tas-

nim afirmou que a campanha de propaganda israelense sobre um suposto ataque a uma reunião da Assembleia de Especialistas ou do Conselho de Liderança Interina do Irã é totalmente falsa. A pessoa acrescentou que não houve nenhuma reunião naquele momento, mas não detalhou se houve feridos ou mortos no incidente. Um funcionário israelense

disse ao jornal The Times of Israel, sob condição de anonimato, que os clérigos foram atingidos—o órgão é composto por 88 autoridades islâmicas altamente graduadas que são eleitas por voto popular a cada oito anos. Também não se sabe se os membros da assembleia estavam reunidos no local no momento do ataque, uma vez que a convocação do colegiado não foi anunciada.

SUS
Teleatendimento gratuito para ‘viciados’ em bets

DIVULGAÇÃO



Serviço é confidencial a se direciona a maiores de 18 anos

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, anunciou ontem (3) o início do teleatendimento em saúde mental pelo SUS (Sistema Único de Saúde) com foco em jogos de apostas. O serviço é direcionado a pessoas a pessoas com 18 anos ou mais que apresentam compulsão por jogos, além de familiares e rede de apoio. Realizado em parceria com o Hospital Sírio-Libanês, por meio do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (Proadi-SUS), o serviço gratuito garantirá assistência especializada a pessoas com compulsão pelas conhecidas bets. A expectativa inicial é a de 600

atendimentos online por mês, mas o ministério poderá ampliar esse número, a depender da demanda. A ideia é chegar a 100 mil atendimentos mensais. “Somos nós podendo dar mais um passo para acolher e ajudar essas pessoas a sair do sofrimento mental que está diretamente associado à compulsão nas apostas eletrônicas que, além de ser um problema de saúde mental, leva ao acometimento financeiro e problemas familiares. Quando olhamos os dados dos CAPs [Centros de Atenção Psicossocial], vemos, nos últimos anos, de 2 mil a 3 mil atendimentos apenas de pessoas

que vão presencialmente falar que têm um problema com compulsão de jogos”, afirmou Padilha. As consultas são realizadas por vídeo, duram em média 45 minutos e fazem parte de ciclos estruturados de cuidado, que podem incluir até 13 consultas por paciente, em grupo com sua rede de apoio ou individualmente. O atendimento é gratuito e confidencial. A equipe é multiprofissional, formada por psicólogos e terapeutas ocupacionais, com apoio de médico psiquiatra quando necessário, além de articulação com assistência social e medicina de família para integração com os serviços locais.

eletro
solidário



Seu lixo eletrônico no lugar certo!



Aqui ele é transformado em doação para a manutenção dos serviços oferecidos pela LBV.

DOE E PARTICIPE!



Indústria Fox
Economia Circular



LIGUE E ANUNCIE:

(092) 98859-0110 - Whatsapp

Comerciallemtempo@gmail.com

Classificadosemtempo@gmail.com



SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES
COLETIVO URBANO E RODOVIÁRIO DE MANAUS E
REGIÃO METROPOLITANA



COMUNICADO DE GREVE

O Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Coletivo Urbano e Rodoviários de Manaus e Região Metropolitana vem por seu representante legal infra-assinado comunicar que os trabalhadores em assembleia geral realizada em 02/03/2026 aprovou greve geral por tempo indeterminado a partir das 00h01min do dia 09/03/2026 (segunda-feira) caso as empresas não paguem o salário mensal no dia 06/03/2026. Os constantes atrasos de pagamentos prejudicam os trabalhadores com seus compromissos e sustento de suas famílias. Solicitamos ao Sinetran que oriente as empresas filiadas, a remanejarem as suas frotas do dia 09/03/2026 (segunda-feira) com 50% da frota operante para que a população tenha o mínimo para seu deslocamento. Estamos cumprindo a lei de greve, cumprindo os prazos e notificando os interessados com antecedência além do previsto, como também, estamos à disposição para a negociação até a data prevista para a realização da greve geral.

Manaus, 03 de março de 2026.

Givancir de Oliveira Silva
Presidente

FEDERAÇÃO DESPORTIVA DE ATLETISMO
DO ESTADO DO AMAZONAS

Edital de Convocação
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A Presidente da Federação Desportiva de Atletismo do Estado do Amazonas – FEDAEAM, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece o artigo 17 e seus parágrafos do estatuto da FEDAEAM em vigor, CONVOCA os senhores Presidentes de filiadas ou Representantes devidamente credenciados, Representante de técnicos e atletas para participarem da ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA QUE SERÁ REALIZADA NO DIA 31 DE MARÇO DE 2026, ÀS 19:00 HORAS, NA SEDE DA FEDAEAM, situada na Av. Pedro Teixeira Nº400 D. Pedro I – Vila Olímpica de Manaus.

A Assembleia Geral Ordinária será instalada, EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO ÀS 19:00 horas e EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO ÀS 19:30 horas, para deliberar com qualquer número, a seguinte ORDEM DO DIA:

a) Apresentação e apreciação da prestação de contas do exercício de 2025.

b) Apreciação do Calendário Anual de atividades desportivas da FEDAEAM para 2026.

c) Deliberação sobre a reforma e atualização do Estatuto Social, com adequação à legislação vigente.

Manaus, 03 de Março de 2026

Lilian de Souza Carvalho
Presidente da FEDAEAM



Prefeitura de
Manaus

AVISO DE SUSPENSÃO

A COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE MANAUS, através da SUBCOMISSÃO DE BENS E SERVIÇOS COMUNS, torna público, para conhecimento dos interessados, a **SUSPENSÃO**, conforme Decisão Monocrática do TCE no Processo n. 12.023/2026:

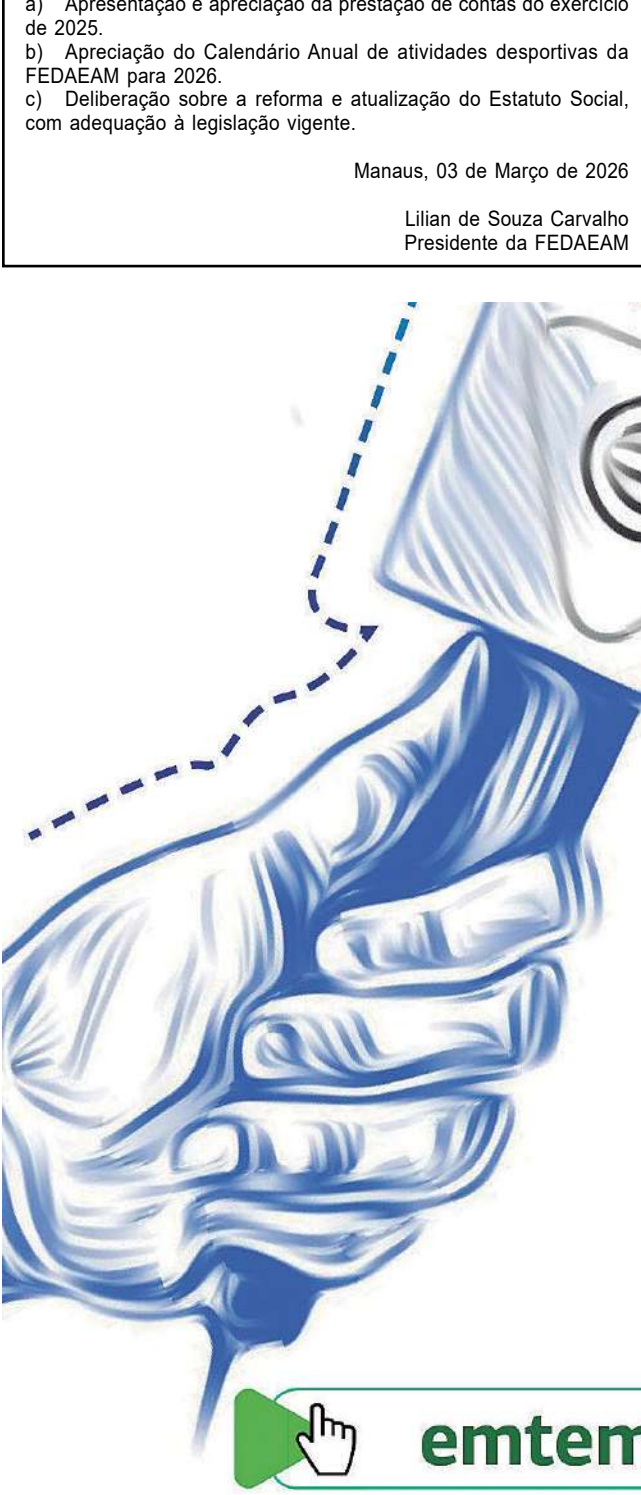
PREGÃO ELETRÔNICO N. 151/2025 – CML/PM
(Processo n. 2025.16330.16390.0.001854 – UGCM/SEMA)

OBJETO: Eventual contratação de empresa especializada na prestação de Serviço de Execução de Logística, para atender aos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta da Prefeitura de Manaus, participantes do Registro de Preços.

Maiores informações na Comissão Municipal de Licitação, telefone (92) 98802-3847, das 09 às 18h (horário de Brasília), cml.se@manaus.am.gov.br.

Manaus, 03 de março de 2026.

RAFAEL BASTOS ARAÚJO
Presidente da Subcomissão de Bens e Serviços Comuns
da Comissão Municipal de Licitação – CML





emtempo.com.br









COMERCIALLEM
TEMPO@GMAIL.COM

CLASSIFICADOSEM
TEMPO@GMAIL.COM

(92) 98859-0110
COMERCIAL

Gera Amazonas - Geradora de Energia do Amazonas S/A

CNPJ: 07.469.933/0001-71

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)							
	Nota	2025	2024	Passivos e patrimônio líquido	Nota	2025	2024
Ativo				Circulante			
Circulante				Fornecedores	15	96	380
Caixa e equivalentes de caixa	7	3.331	78.147	Obrigações trabalhistas		64	687
Aplicações financeiras de curto prazo	8	163.400	-	Obrigações tributárias	16	110	5.659
Contas a receber de cliente	9	-	38.940	Imposto de renda e contribuição social	17	-	988
Despesas antecipadas		22	1.194	Adiantamentos de CCC		-	5.438
Estoques	10	-	12.193	Dividendos a pagar	19	-	24.443
Impostos e contribuições a recuperar	11	4.560	1.646	Pesquisa e desenvolvimento - P&D		1.581	2.166
Outras contas a receber	13	<u>1</u>	<u>663</u>	Arrendamento		-	1.058
				Subvenção para custeio da aquisição de imobilizado a transcorrer	12b	-	10.593
				Outras contas a pagar		<u>-</u>	<u>2.746</u>
Total do Ativo circulante		<u>171.314</u>	<u>132.783</u>	Total do passivo circulante		<u>1.851</u>	<u>54.158</u>
				Não circulante			
Não Circulante				Imposto de renda e contribuição social	17	1.456	2.234
Adiantamento a fornecedores		-	1.494	Subvenção para custeio da aquisição de imobilizado a transcorrer	12b	<u>-</u>	<u>53.469</u>
Ativo fiscal diferido	25	<u>9.523</u>	<u>-</u>	Total do passivo não circulante		<u>1.456</u>	<u>55.703</u>
				Total do passivo		3.307	109.861
				Patrimônio líquido	19		
Imobilizado	14	9	182.917	Capital social		50.963	50.963
Intangível		<u>110</u>	<u>297</u>	Reservas de lucros		149.622	149.622
				Dividendo adicional proposto		-	7.045
Total do ativo não circulante		<u>119</u>	<u>183.214</u>	Prejuízo acumulado		<u>(22.936)</u>	<u>-</u>
Total do ativo		<u>180.956</u>	<u>317.491</u>	Total do patrimônio líquido		<u>177.649</u>	<u>207.630</u>
				Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>180.956</u>	<u>317.491</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)			
	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	20	64.164	161.839
Custo das vendas	21	<u>(20.024)</u>	<u>(48.139)</u>
Lucro bruto		44.140	113.700
Outras receitas operacionais líquidas	22	101.137	9.614
Despesas gerais e administrativas	23	(201.854)	(10.474)
Despesas tributárias		<u>(1.388)</u>	<u>(709)</u>
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		(57.965)	112.131
Receitas financeiras	24	24.926	6.152
Despesas financeiras	24	<u>(198)</u>	<u>(3.088)</u>
Resultado financeiro, líquido	24	<u>24.728</u>	<u>3.064</u>
Lucro antes dos impostos		(33.237)	115.195
Imposto de renda e contribuição social correntes	25	778	(38.707)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25	9.523	-
Incentivo fiscal do imposto de renda	25	<u>-</u>	<u>21.007</u>
		10.301	(17.700)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		<u>(22.936)</u>	<u>(97.495)</u>
Lucro básico e diluído por ação - R\$		<u>(518,22)</u>	<u>2.202,83</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)		
	2025	2024
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(22.936)	97.495
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u>(22.936)</u>	<u>97.495</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)							
		Reservas de lucros					
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Total	Lucros (prejuízo) Acumulados	Dividendo adicional posto
Total do patrimônio Líquido							
Saldos em 1º de janeiro de 2024		50.963	10.192	118.423	128.615	-	13.936
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	97.495	-
Distribuição de dividendos		-	-	-	-	-	(13.936)
Incentivo fiscal do imposto de renda		-	-	21.007	21.007	(21.007)	-
Antecipação de dividendos		-	-	-	-	(69.443)	-
Dividendo adicional		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(7.045)</u>	<u>7.045</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2024		50.963	10.192	139.430	149.622	-	7.045
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	(22.936)	-
Distribuição de dividendos	19c	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(7.045)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2025		<u>50.963</u>	<u>10.192</u>	<u>139.430</u>	<u>149.622</u>	<u>(22.936)</u>	<u>177.649</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) líquido do exercício			
Ajustes para:			
Depreciação	14	(22.936)	97.495
Amortização		51	117
Baixa de Imobilizado	14	176.236	1.616
Baixa de Intangível		210	-
Baixa da Subvenção para custeio		(58.136)	-
Rendimentos de aplicação financeira vinculada		-	(1.391)
Juros sobre debêntures		-	2.481
IPCA sobre reembolsos de sub-rogação CCC	24	(5.438)	(78)
Imposto de renda e contribuição social corrente e incentivo fiscal do imposto de renda	25	(778)	17.700
Imposto de renda e contribuição social Diferido	25	(9.523)	-
(Aumento) redução dos ativos			
Contas a receber de clientes		38.940	(2.256)
Despesas antecipadas		1.172	2.420
Estoques		12.193	169
Impostos e contribuições a recuperar		(2.914)	(125)
Outras contas a receber e adiantamentos a fornecedores		2.156	(94)
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores		(284)	(1.587)
Obrigações trabalhistas		(623)	115
Obrigações tributárias		(5.549)	(332)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		(585)	252
Outras contas a pagar e arrendamentos		(3.804)	(2.494)
Subvenção para custeio recebida		-	25.684
Impostos pagos sobre a receita de subvenção	12a	5.926	(980)
Juros pagos sobre debêntures	12c	-	(2.481)
Imposto de renda e contribuição social pagos		<u>(988)</u>	<u>(22.455)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>123.743</u>	<u>131.719</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Resgate de aplicação financeira vinculada		-	15.848
Aplicações financeiras de curto prazo	8	(163.400)	-
Aquisição de imobilizado	14	(3.597)	<u>(6.867)</u>
Aquisição de intangível		<u>(74)</u>	<u>(105)</u>
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento		<u>(167.071)</u>	<u>8.876</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de debêntures		-	(49.367)
Dividendos pagos	19c	<u>(31.488)</u>	<u>(71.753)</u>
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		<u>(31.488)</u>	<u>(121.120)</u>
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		<u>(74.816)</u>	<u>19.475</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7	78.147	58.672
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7	3.331	78.147
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		<u>(74.816)</u>	<u>19.475</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional A Gera Amazonas - Geradora de Energia do Amazonas S/A (“Companhia”) foi constituída em 28 de março de 2005, sob a forma de uma sociedade anônima com finalidade específica, tinha sede à Rua Comendador Gutenberg Barbosa, nº 2, Bairro Ponta Negra, no município de Manaus, Estado do Amazonas. Atualmente, a Companhia está localizada na Rua Belo Horizonte, nº 19, Edifício The Place Business Center, sala 1005, Adrianópolis, Manaus, Estado do Amazonas. A Companhia iniciou suas atividades comerciais em 15 de dezembro de 2006, e sua usina era constituída por cinco unidades moto geradoras. A partir de 2022, a potência instalada aumentou 7,46% (de 85,38MW para 91,75MW), influenciando em um aumento de 7,38% de eficiência (de 40,17% para 43,37%). A Companhia tinha como objeto social a implantação e exploração de uma usina termoeétrica, denominada UTE Ponta Negra (“Usina”), na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, para fornecimento de energia elétrica à Amazonas Distribuidora de Energia S/A (“AmD”), anteriormente denominada Manaus Energia S/A (“MESA”), nos termos do Contrato OC- 1821/2005 (“Contrato”), celebrado em 20 de maio de 2005, com vigência de 20 anos, na modalidade de Produtor Independente de Energia (“PIE”). Em 3 de dezembro de 2018, o Contrato de Suprimento de Energia OC-1821/2005 foi cedido integralmente da AmD para a Amazonas Geração e Transmissão de Energia S/A (“Amazonas GT”). Em 1º de julho de 2021, a Amazonas GT cedeu integralmente o Contrato de Suprimento de Energia OC-1821/2005 para a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (“Eletronorte”). Ressalta-se que, a partir dessa cessão, a Eletronorte deixou de atuar como garantidora do Contrato, tendo sua garantia corporativa sido substituída por fiança bancária em montante equivalente a 2,5 vezes o faturamento máximo mensal da Companhia. **Conversão para gás natural** A conversão da Usina para gás natural contemplou: (i) a construção do ramal interno de recebimento de gás natural; (ii) a construção da casa dos compressores, incluindo obras civis, montagem eletromecânica e automação dos compressores de gás natural, transformadores de potência e demais auxiliares do sistema de gás natural, como os sistemas de recebimento, filtragem, regulação de pressão, medição e compressão do gás natural; e (iii) a conversão dos motores para gás natural, contemplando processos de usinagem e adaptações mecânicas, instalação dos sistemas de alimentação de gás natural e óleo de alta pressão para controle e selagem, bem como a atualização do sistema de controle (automação) dos motores para o novo modo de operação. A conversão teve os seguintes marcos principais: • A conversão teve início em junho de 2009, sendo o ramal de recebimento do gás natural, o sistema de compressão de gás natural e seus auxiliares foram comissionados em dezembro de 2010. • Em janeiro de 2011 foi comissionado o primeiro motor com gás natural. • De janeiro de 2011 até março de 2012, quando foram realizados os testes de aceitação de todos motores, a operação com gás natural ocorreu de forma parcial, neste período a fração de operação com gás natural foi aumentando gradativamente à medida que as modificações eram implantadas até possibilitar a operação apenas no modo gás natural e óleo combustível, e em abril de 2012, a usina passou a operar com 94% de gás natural e 6% óleo combustível. • Em 2022, a Companhia concluiu integralmente a Conversão SG (Spark-Gás) na usina, convertendo os motores GD (Gás-Diesel) W18V46GD para a configuração SG (Spark-Gás) na versão W18V50SG, onde passou a operar com 100% a gás natural. Os principais impactos dessa operação podem ser verificados na nota explicativa nº 14 – Imobilizado. Em 20 de maio de 2025, com o término da vigência do Contrato de Suprimento de Energia OC- 1821/2005 e em observância às suas disposições contratuais, foi formalizada a reversão da UTE Ponta Negra, compreendendo os ativos, direitos e demais bens a ela vinculados, ao patrimônio da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte, conforme estabelecido no respectivo Termo de Reversão celebrado entre as partes. De acordo com os termos do referido instrumento, a reversão da Usina ocorreu após o cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas pela Companhia, não subsistindo, na data da reversão, obrigações operacionais, financeiras ou regulatórias a serem cumpridas pela Companhia perante a Eletronorte. Adicionalmente, a Administração avaliou as subvenções governamentais usufruídas pela Companhia, inclusive quanto à Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, e concluiu que, em 31 de dezembro de 2025, não existem obrigações de restituição, compensação ou devolução de valores a entes governamentais decorrentes da reversão da UTE Ponta Negra. A partir dessa data, a Companhia deixou de deter o controle e a exploração econômica da UTE Ponta Negra, não realizando, desde então, atividades de geração de energia elétrica. Nesse contexto, a Companhia alterou seu objeto social para “geração, transmissão e comercialização de energia elétrica” e passou a direcionar suas atividades à prospecção, avaliação e estruturação de novos projetos no setor elétrico, incluindo oportunidades de investimento em novos empreendimentos de geração e de comercialização de energia. Atualmente, a Companhia mantém estrutura administrativa compatível com essa fase de atuação, dedicada à gestão de seus expressivos recursos financeiros, à análise de viabilidade econômico-financeira de novos projetos e ao cumprimento de suas obrigações societárias, fiscais, administrativas e financeiras. Adicionalmente, a Companhia detém posição financeira líquida relevante, a qual assegura a cobertura de suas despesas operacionais e sustenta o pressuposto de continuidade operacional adotado na elaboração destas demonstrações financeiras. Como consequência da reversão da Usina ao patrimônio da Eletronorte, a Companhia procedeu à baixa integral dos ativos imobilizados e dos estoques, bem como à adequação de sua estrutura de pessoal anteriormente vinculada à atividade de geração de energia elétrica. Esses eventos, de natureza não recorrente e diretamente relacionados à reversão do empreendimento, impactaram de forma significativa o resultado da Companhia no exercício de 2025, resultando na apuração de prejuízo contábil no montante de R\$ 22.936. Os principais fatores que contribuíram para o prejuízo registrado no exercício de 2025 foram: i. Baixa integral do ativo imobilizado, no montante de R\$ 176.236, decorrente da reversão dos bens à Eletronorte e da consequente extinção dos direitos de uso, controle e dos benefícios econômicos futuros a eles associados, reconhecida no resultado do exercício como despesa operacional, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado. Em decorrência dessa baixa, foi também reconhecida a baixa integral da receita de subvenção CCC, no valor de R\$ 64.063, conforme nota explicativa nº 22(a). Assim, o impacto líquido da baixa dos ativos imobilizados no resultado do exercício totalizou R\$ 112.173. ii. Baixa integral dos estoques, no montante de R\$ 5.640, composta principalmente por partes e peças sobressalentes e de manutenção vinculados à operação da Usina, que foram reconhecidos como despesa operacional em razão da perda do controle e da inexistência de benefícios econômicos futuros associados a tais ativos, em observância ao Pronunciamento Técnico CPC 16 – Estoques. O prejuízo apurado no exercício decorre, de forma preponderante, desse evento específico e não recorrente relacionado à reversão da Usina, não comprometendo a capacidade financeira da Companhia, que mantém liquidez robusta e estrutura financeira adequada para a continuidade de suas operações. Nesse sentido, a Administração da Companhia continua avaliando oportunidades para a realização de novos investimentos e pretende utilizar suas expressivas reservas financeiras acumuladas para prospectar, estudar e investir em novos projetos no setor de energia elétrica, relacionados à implantação de novas usinas ou à comercialização de energia elétrica, seja por meio de aquisições, fusões e/ou participação em novos leilões. **2 Base de preparação e declaração de conformidade** As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 23 de fevereiro de 2026.As informações apresentadas nestas demonstrações financeiras refletem, de forma adequada, todas as informações relevantes e materiais necessárias à compreensão da posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa da Companhia, sendo consistentes com aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. Em decorrência da reversão da UTE Ponta Negra ao patrimônio da Eletronorte, formalizada em 20 de maio de 2025, a Companhia deixou de realizar, a partir dessa data, atividades operacionais de geração de energia elétrica. Como consequência, determinadas rubricas patrimoniais apresentaram redução integral de seus saldos no decorrer do exercício, não registrando saldos em 31 de dezembro de 2025, conforme evidenciado nas respectivas notas explicativas. **3 Moeda funcional e moeda de apresentação** Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4 Uso de estimativas e julgamentos** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **Julgamentos** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa nº 20** - Receita operacional líquida - reconhecimento de receita: se a receita de energia fornecida é reconhecida ao longo do tempo ou em um momento específico no tempo; e • **Nota explicativa nº 27** - Gestão de instrumentos financeiros – Definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros. **Incertezas sobre premissas e estimativas** As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas nas notas explicativas: **Mensuração do valor justo** Certas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Os valores justos são apurados para o propósito de mensuração e divulgação. Quando aplicável, informações adicionais sobre premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas políticas contábeis e demais notas explicativas de ativos e passivos correspondentes. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou de um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 27 – Gestão de instrumentos financeiros. **5 Base de mensuração** As demonstrações financeiras foram preparadas substancialmente com base no custo histórico, com exceção dos itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais, referente aos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **6 Principais políticas contábeis** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente nos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **(a) Instrumentos financeiros (i) Reconhecimento e mensuração inicial** Contas a receber de clientes emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (**VJR**), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(ii) Classificação e mensuração subsequente** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; e ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. *Ativos financeiros* A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir

compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Estes ativos são mensurados subsequentemente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(iii) Classificação e mensuração subsequente** *Ativos financeiros* A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. *Passivos financeiros* A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(iv) Compensação** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(v) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge** A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. **(b) Arrendamentos** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. **(i) Arrendamentos em que a Companhia é uma arrendatária** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental. **(ii) Arrendamentos em que a Companhia é uma arrendadora** A Companhia não possui subarrendamentos em que é uma arrendadora. **(c) Contas a receber de clientes** São registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. Os impostos, quando retidos na fonte pelas entidades de economia mista e/ou públicas, são reconhecidos somente quando ocorre o recebimento do cliente, e são considerados créditos tributários. **(d) Estoques** Os estoques eram avaliados com base no custo histórico de aquisição, acrescidos de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores dos estoques contabilizados não excederam o valor realizável líquido. **Provisões de itens obsoletos de estoques** A Companhia avaliava periodicamente a composição e giro dos seus estoques a fim de identificar divergências de estoques e existência de itens obsoletos e de baixo giro. Os fatores de risco eram gerenciados à medida das realizações dos inventários realizados ao longo do exercício, e em relação à obsolescência, a partir da avaliação quanto ao giro de estoques, caso fosse identificado algum fator de risco a provisão de itens obsoletos era reconhecida em contrapartida ao resultado do exercício. **(e) Imobilizado (i) Reconhecimento e mensuração** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa, quando incorrido. **(ii) Custos subsequentes** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **(iii) Depreciação** A depreciação era calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. A depreciação era reconhecida no resultado baseando-se no método linear, e considerava preponderantemente o tempo de utilidade esperada do ativo para a entidade, que tinha como base o prazo do contrato firmado com a Eletronorte e/ou o tempo de desgaste físico dos bens, dos dois o menor. Anualmente a Companhia estudava e, se fosse o caso, atualizava a sua depreciação com base nas vidas úteis médias, seguindo a representatividade das adições ao imobilizado e o prazo de vigência do Contrato de Suprimento de Energia. As taxas anuais de depreciação utilizadas pela Companhia em 2025, aplicáveis ao período de 1º de janeiro a 19 de maio, bem como no exercício de 2024, são as seguintes:

Descrição	Taxa anual de depreciação
Edificações	4%
Motores e geradores	10%
Sistemas elétricos e mecânicos	10%
Partes e acessórios	10%
Móveis e utensílios	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Equipamentos de conversão da usina para gás natural	10%
Conversão da usina para configuração SG	10%
Computadores e periféricos	20%

(f) Intangível Os ativos intangíveis compreendem softwares adquiridos de terceiros, mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização que é calculada linearmente pelo período de 5 anos. **(g) Redução ao valor recuperável do ativo (impairment) (i) Ativos não financeiros** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, tal como imobilizado, eram revisitos a cada data de apresentação para apurar se havia indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorresse tal indicação, então o valor recuperável do ativo era determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que refleta as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “Unidade Geradora de Caixa” ou UGC”). Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ativos, são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **(ii) Ativos financeiros** Os valores contábeis dos ativos financeiros da Companhia, que não os estoques, são revisitos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido à Empresa em condições que não seriam aceitas em condições normais; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial; e • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores. **(h) Provisões** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. **(i) Receita de contratos com clientes** O CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento. A Companhia adotou o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com o efeito de aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018. **Receita de venda de energia contratada por disponibilidade:** referente a receita fixa, reconhecida pelo contrato de disponibilidade da usina, sendo necessária a geração de 60 MW. A Companhia possuía segurança jurídica em seu contrato junto ao seu cliente e não havia expectativa de devoluções. A receita era reconhecida no momento em que se disponibiliza a energia contratada ao cliente, que representava o cumprimento da obrigação de performance previsto no contrato. **Receita de venda de energia fornecida:** referente as receitas variáveis, reconhecida no resultado mensalmente, por meio de medições para apurar o volume de energia fornecido para a Eletronorte e Mercado de Curto Prazo - MCP. A receita de energia fornecida e os custos associados eram reconhecidos pela entrega da energia gerada ao cliente. **(j) Benefícios a empregados** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. **(k) Subvenção e assistência governamental** Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições do CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais. **(l) Resultado financeiro, líquido** As receitas financeiras abrangem basicamente juros sobre Certificados de Depósitos Bancários e fundos investidos. As despesas financeiras contemplavam, principalmente, juros sobre empréstimos e debêntures. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida. **(m) Imposto de renda e contribuição social** O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240, para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. As despesas com imposto de renda e contribuição social reconhecidas no resultado compreendem os tributos correntes e diferidos. **(i) Imposto de renda e contribuição social corrente** Quando aplicável, a despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido** O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é

Página 3, continuação do Balanço Patrimonial da GERA Amazonas S/A.

mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. **(iii) Incentivos fiscais (Subvenção e assistência governamental)** A instalação da usina na região da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), de acordo com projetos aprovados pelas autoridades federais envolvidas, permite à Companhia usufruir de redução da base de cálculo do imposto de renda em 75% sobre o resultado operacional de operações incentivadas (lucro da exploração). Um montante igual ao obtido com a economia fiscal deve ser apropriado em uma conta de reserva de lucros, no patrimônio líquido, e não pode ser distribuído como dividendos aos acionistas.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e bancos	46	709
Aplicações financeiras de liquidez imediata	3.285	77.438
	3.331	78.147

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, conforme demonstrado a seguir:

Instituição financeira	Tipo de investimento	Taxa média de remuneração em relação ao CDI	2025	2024
Banco BTG Pactual S.A.	Operações compromissadas	100% (100% em 2024)	3.285	77.438

Essas aplicações financeiras são mantidas com o objetivo de atender às necessidades correntes de caixa da Companhia, assegurando o cumprimento tempestivo das obrigações operacionais, financeiras e tributárias. No exercício de 2025, foram realizados resgates pontuais dessas aplicações para atendimento de necessidades correntes de caixa, incluindo o pagamento de despesas operacionais e obrigações tributárias, sem impacto relevante sobre a posição de liquidez da Companhia. Essas aplicações podem ser resgatadas imediatamente pela Companhia sem quaisquer descontos ou multas. A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 27.

8 Aplicações financeiras de curto prazo

	2025	2024
Aplicações financeiras	163.400	-
	163.400	-

As aplicações financeiras de curto prazo referem-se a instrumentos financeiros de alta liquidez, mantidos pela Companhia com o objetivo de gestão de caixa e otimização da rentabilidade dos recursos disponíveis, conforme demonstrado a seguir:

Instituição financeira	Tipo de investimento	Taxa média de remuneração em relação ao CDI (ao ano)	2025	2024
Banco BTG Pactual S.A.	CDB	100% (100% em 2024)	31.835	-
Banco BTG Pactual S.A.	Operações compromissadas	100% (100% em 2024)	131.565	-
			163.400	-

As aplicações financeiras mantidas pela Companhia junto ao Banco BTG Pactual S.A. são remuneradas a 100% do CDI e apresentam elevada liquidez. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo dessas aplicações é de R\$ 163.400, sendo R\$ 31.835 referentes a CDBs com prazo de vencimento contratual de até 180 dias e R\$ 131.565 referentes a operações compromissadas com prazo de vencimento de até 90 dias. Considerando os prazos contratuais de vencimento e a expectativa da Administração quanto à realização desses ativos, a totalidade das aplicações financeiras está classificada no ativo circulante. Ainda que parte desses recursos seja usualmente reaplicada ao longo do tempo, não há restrições contratuais ou operacionais que limitem sua realização no curto prazo. As aplicações financeiras são utilizadas como instrumento de gestão de caixa, com o objetivo de preservar o capital, assegurar liquidez imediata e otimizar a rentabilidade dos recursos disponíveis. Os rendimentos auferidos são reconhecidos no resultado financeiro do exercício. Essas aplicações podem ser resgatadas imediatamente pela Companhia sem quaisquer descontos ou multas. A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 27.

9 Contas a receber de cliente

	2025	2024
Valores a vencer	-	38.940
Os saldos de contas a receber apresentados refletem a posição da Companhia em 31 de dezembro de 2025, conforme descrito na nota explicativa nº 1		
10 Estoques	2025	2024
Óleos combustíveis e lubrificantes	-	528
Materiais sobressalentes e de manutenção	-	11.665
	-	12.193

Até 19 de maio de 2025, a Companhia registrava as peças adquiridas para manutenção de motores, geradores, sistemas elétricos e mecânicos em rubrica de estoque de materiais sobressalentes e de manutenção. Estas eram aplicadas em manutenções preventivas e corretivas, conforme necessidade, tendo como contrapartida o resultado do exercício. Esses estoques foram integralmente entregues e revertidos na data da reversão da Usina. Dessa forma, os saldos de estoques apresentados refletem a posição da Companhia em 31 de dezembro de 2025, conforme descrito na nota explicativa nº 1

11 Impostos e contribuições a recuperar

	2025	2024
COFINS a recuperar sobre exclusão do ICMS da base de cálculo	290	267
PIS a recuperar sobre exclusão do ICMS da base de cálculo	116	106
IRPJ a compensar - saldo negativo (a)	3.978	525
IRRF a transcorrer sobre aplicações financeiras	176	502
Outros impostos a compensar	-	246
	4.560	1.646

(a) Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre aplicações financeiras que, ao final do exercício, foi convertido em saldo negativo de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), a ser utilizado pela Companhia para compensação de débitos tributários em exercícios futuros. **12 Subvenção CCC** A Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC foi criada pelo Decreto nº 73.102, de 7 de novembro de 1973, tem a finalidade de aglutinar o rateio dos custos relacionados ao consumo de combustíveis para a geração de energia termoeleétrica nos sistemas isolados, especialmente na região Norte do país. Em 2022, a Companhia concluiu a conversão a gás dos motores, conforme divulgado na nota explicativa nº 14(a) e, de acordo com a Resolução Autorizativa nº 8.922 de junho de 2020, emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, de acordo com a sistemática preconizada na Resolução Normativa ANEEL nº 801, de 19 de dezembro de 2017, a Companhia obteve sub-rogação de R\$ 96.136. **a. Subvenção a receber** O montante sub-rogado, no valor de R\$ 96.136, foi corrigido anualmente pelo IPCA. Os recebimentos tiveram início em 2022 e foram concluídos em setembro de 2024.

	2025	2024
Saldo inicial	-	25.606
Atualização IPCA	-	78
Recebimentos financeiros no exercício	-	(25.684)
	-	-

Para realização dos recebimentos, mensalmente a Companhia solicitava o reembolso da sub- rogação diretamente no portal da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), com base na energia gerada em MWh pela usina no mês de referência. **b. Subvenção a transcorrer** Tratava-se do saldo a transcorrer da sub-rogação da CCC, reconhecido no resultado operacional da Companhia no decorrer dos exercícios, na mesma proporção da depreciação dos ativos imobilizados diretamente relacionados à conversão da usina para configuração SG, conforme requerido pela norma contábil CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais.

	2025	2024
Saldo inicial	64.062	74.656
Apropriação da receita pelo custo com depreciação dos motores convertidos a gás	(64.062)	(10.594)
	-	64.062
Circulante	-	10.593
Não circulante	-	53.469
c. Receita de subvenção	2025	2024
Receita pelo custo com depreciação dos motores convertidos a gás	64.062	10.594
Tributos sobre receita de subvenção	(5.926)	(980)
	58.136	9.614

13 Outras contas a receber

	2025	2024
P&D - Armazenamento de Energia Solar BESS “Battery Energy Storage System”(a)	-	623
Projeto de gestão – P&D	-	35
Adiantamentos	1	5
	1	663

(a) Os projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) foram concluídos e tiveram seus valores integralmente utilizados pela Companhia para fins de dedução do saldo a investir em P&D.

14 Imobilizado

	Saldos em 31/12/2024	Adições	Baixas	Transfe- rências	Saldos em 31/12/2025
Custo					
Edificações	66.639	-	(66.639)	-	-
Motores e geradores	124.685	-	(132.473)	7.788	-
Sistemas elétricos e mecânicos	79.659	-	(79.659)	-	-
Partes e acessórios	7.643	-	(7.643)	-	-
Móveis e utensílios	575	12	(583)	-	4
Máquinas e equipamentos	2.194	-	(2.194)	-	-
Computadores e periféricos	616	15	(623)	-	8
Máquinas e equipamentos de conversão para gás natural	71.185	-	(71.185)	-	-
Máquinas e equipamentos de conversão p/ configuração SG (a)	120.462	-	(120.462)	-	-
Partes e peças para manutenção 18k - SG	4.218	3.570	-	(7.788)	-
Ativo de direito de uso	5.766	-	(5.766)	-	-
	483.642	3.597	(487.227)	-	12
Depreciação acumulada					
Edificações	(45.537)	(405)	45.942	-	-
Motores e geradores	(81.076)	(2.536)	83.612	-	-
Sistemas elétricos e mecânicos	(66.109)	(1.054)	67.163	-	-
Partes e acessórios	(6.287)	(102)	6.389	-	-
Móveis e utensílios	(400)	(12)	411	-	(1)
Máquinas e equipamentos	(1.695)	(41)	1.736	-	-
Computadores e periféricos	(467)	(16)	481	-	(2)
Máquinas e equipamentos de conversão para gás natural	(57.962)	(1.039)	59.001	-	-
Máquinas e equipamentos de conversão p/ configuração SG	(36.320)	(4.685)	41.005	-	-
Ativo de direito de uso	(4.872)	(379)	5.251	-	-
	(300.725)	(10.269)	310.991	-	(3)
Imobilizado líquido	(182.917)	6.672	(176.236)	-	9

	Saldos em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transfe- rências	Saldos em 31/12/2024
Custo					
Edificações	65.701	841	-	97	66.639
Motores e geradores	121.892	755	-	2.038	124.685
Sistemas elétricos e mecânicos	79.659	-	-	-	79.659
Partes e acessórios	8.493	-	(850)	-	7.643
Móveis e utensílios	553	22	-	-	575
Máquinas e equipamentos	2.194	-	-	-	2.194
Computadores e periféricos	554	62	-	-	616
Máquinas e equipamentos de conversão para gás natural	73.567	-	(2.382)	-	71.185
Imobilizado em andamento - Obras de adequação ambiental	97	-	-	(97)	-
Máquinas e equipamentos de conversão p/configuração SG (a)	120.410	52	-	-	120.462
Partes e peças para manutenção 12k - SG	1.121	-	-	(1.121)	-
Partes e peças para manutenção 18k – SG	-	5.135	-	(917)	4.218
Ativo de direito de uso	5.766	-	-	-	5.766
	480.007	6.867	(3.232)	-	483.642
Depreciação acumulada					
Edificações	(44.504)	(1.033)	-	-	(45.537)
Motores e geradores	(73.266)	(7.810)	-	-	(81.076)
Sistemas elétricos e mecânicos	(63.399)	(2.710)	-	-	(66.109)
Partes e acessórios	(6.412)	(300)	425	-	(6.287)
Móveis e utensílios	(372)	(28)	-	-	(400)
Máquinas e equipamentos	(1.590)	(105)	-	-	(1.695)
Computadores e periféricos	(417)	(50)	-	-	(467)
Máquinas e equipamentos de conversão para gás natural	(56.315)	(2.838)	1.191	-	(57.962)
Máquinas e equipamentos de conversão p/configuração SG	(24.274)	(12.046)	-	-	(36.320)
Ativo de direito de uso	(3.897)	(975)	-	-	(4.872)
	(274.446)	(27.895)	1.616	-	(300.725)
Imobilizado líquido	205.561	(21.028)	(1.616)	-	182.917

(a) Tratava-se da aquisição de R\$ 101.423 de partes e peças dos motores e equipamentos e materiais dos sistemas auxiliares; R\$ 18.135 de serviços de instalação e montagem dos motores; e R\$ 904 de seguros de risco de engenharia, em bens aplicados na conversão de combustível da usina, para configuração SG (Spark-Gás), movida 100% a Gás Natural. A Conversão SG da usina converteu os motores GD (Gás-Diesel) W18V46GD para a configuração SG na versão W18V50SG. Na configuração GD a usina consumia simultaneamente Gás Natural e óleo Combustível em ciclo Diesel, com a conversão, a usina passou a operar na configuração SG, consumindo unicamente gás natural em ciclo Otto, com ignição por vela, de forma que o óleo combustível OCA1 deixou de ser utilizado. Entre os benefícios da conversão, destacava-se o aumento de 7,46% de potência instalada (de 85,38MW para 91,75MW), o aumento de 7,38% de eficiência (de 40,17% para 43,37%), a redução significativa das emissões atmosféricas e a renovação dos motores, cuja contagem de horas de operação foi reiniciada a partir do zero, prolongando significativamente sua vida útil. A Companhia concluiu as adequações dos sistemas comuns e a conversão de todos os motores para configuração SG, sendo: (i) Motor “GG03” concluído em 23 de setembro de 2021; (ii) Motor “GG05” concluído em 9 de novembro de 2021; (iii) Motor “GG04” concluído em 17 de dezembro de 2021; (iv) Motor “GG02” concluído em 16 de fevereiro de 2022; e o (v) Motor “GG01” concluído em 25 de março de 2022. Os ativos imobilizados vinculados à UTE Ponta Negra foram integralmente revertidos ao patrimônio da Eletronorte em 20 de maio de 2025, em decorrência do término da vigência do Contrato de Suprimento de Energia nº OC-1821/2005 e em conformidade com o respectivo Termo de Reversão celebrado entre as partes. A partir dessa data, a Companhia deixou de deter o controle e os benefícios econômicos futuros associados a tais ativos, tendo procedido à baixa integral do imobilizado correspondente, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 27 –Ativo Imobilizado. Dessa forma, os saldos de imobilizado apresentados refletem a posição da Companhia em 31 de dezembro de 2025, conforme descrito na nota explicativa nº 1.

15 Fornecedores

	2025	2024
Fornecedores diversos	96	380

16 Obrigações tributárias

	2025	2024
ICMS a pagar	-	3.806
PIS a pagar	13	249
COFINS a pagar	77	1.149
INSS	-	108
ISS	3	52
PIS, COFINS e CSLL - Lei nº10.833	3	136
Imposto de renda retido na fonte sobre salários	13	129
Imposto de renda retido na fonte sobre serviços e aluguel	1	17
ICMS sobre importação	-	13
	110	5.659

17 Imposto de renda e contribuição social

	2025	2024
IRPJ a recolher	597	936
CSLL a recolher	859	2.286
	1.456	3.222
Circulante	-	988
Não circulante (a)	1.456	2.234

(a) Trata-se da apropriação do IRPJ e CSLL incidentes sobre a receita de créditos tributários de PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo, referente ao período de março de 2017 a agosto de 2021. A Companhia possui sentença favorável no Mandado de Segurança impetrado em relação a suspensão da exigibilidade do IRPJ e da CSLL atrelados aos créditos decorrentes da retificação da inclusão indevida do ICMS na base das contribuições ao PIS/COFINS, até a homologação das declarações de compensação e/ou deferimento dos pedidos de restituição pela Receita Federal do Brasil (RFB). Os saldos de IRPJ e CSLL de R\$ 1.456 (R\$ 2.234 em 2024) apresentados no passivo não circulante, estão diferidos conforme art. nº 480 do Regulamento do Imposto de Renda (Decreto nº 9.580/2018). Esses tributos serão recolhidos pela Companhia no momento em que a RFB efetivamente reconhecer o direito creditório dos valores a recuperar de PIS e COFINS (pagamento a maior). **18 Processos judiciais** A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para perdas com processos judiciais. Em 31 de dezembro de 2025, a Administração com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, acredita que as defesas contra as ações serão bem sucedidas e não espera incorrer perdas potenciais na resolução dessas contingências, concluiu não ser necessário constituir provisão para cobrir perdas com as ações em curso. A Companhia não possuía nenhuma contingência com risco de perda provável nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Em 12 de março de 2025, foi proferido acórdão que deu provimento aos recursos voluntários interpostos pela Companhia, resultando na anulação dos autos de infração lavrados pela Secretaria Municipal de Finanças de Manaus – SEMEF, relacionados ao Imposto sobre Serviços Retidos na Fonte (ISS-RF), no montante de R\$ 933 (R\$ 933 em 2024). Em decorrência desse julgamento, o processo foi encerrado de forma favorável a Companhia, e os respectivos autos foram arquivados em 28 de abril de 2025. **Riscos avaliados como perdas possíveis** A Companhia também é parte em outros processos de natureza tributária e regulatória, classificados como perda possível por seus assessores jurídicos externos, para os quais não foi constituída provisão, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia é parte em processos tributários relacionados a autos de infração lavrados pela Secretaria da Fazenda do Estado do Amazonas (SEFAZ/AM), relativos ao pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), no montante de R\$ 1.220 (R\$ 1.180 em 2024). Adicionalmente, a Companhia é parte no Processo Administrativo nº 48500.005468/2016, instaurado pela Superintendência de Fiscalização Econômica, Financeira e de Mercado da ANEEL (SFF), relacionado à fiscalização do reembolso dos custos de geração nos Sistemas Isolados pela Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), referente ao período de 30 de julho de 2009 a 30 de abril de 2017. Em setembro de 2024, foi emitida a Nota Técnica nº 173/2024, posteriormente materializada por despacho da ANEEL, que indicou, em caráter preliminar, a possível necessidade de restituição ao fundo CCC do montante de R\$ 69.757 (valor atualizado até setembro de 2023). A Companhia apresentou recursos administrativos, bem como impetrou Mandado de Segurança, com o objetivo de atribuir efeito suspensivo à exigibilidade do referido valor, estando o processo pendente de deliberação pelas autoridades competentes. A Administração não constituiu provisão com base na avaliação de perda possível feita pelos seus assessores jurídicos e não é necessária provisão nessa circunstância, conforme práticas contábeis adotadas no Brasil. **19 Patrimônio líquido (a) Capital social** Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social autorizado, subscrito e integralizado, era de R\$ 50.963, representado por 44.259.226 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O capital social da Companhia tem a seguinte composição:

Acionista	Quantidade de ações
BTG Pactual Holding Participações S.A. (a)	44.259.226

O BTG Pactual Holding Participações S.A. é a única acionista da Companhia.

(b) **Reservas de lucros Reserva legal** é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada final de exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Nos exercícios de 2025 e 2024, a Companhia não constituiu reserva legal, por ter atingido o limite de 20% do capital social. **Reserva de incentivos fiscais do imposto de renda** Por estar situada na área da SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, a Companhia usufruiu de incentivo fiscal do imposto de renda, que é reconhecido diretamente na demonstração de resultados. Por determinação legal, esse incentivo não pode ser distribuído aos acionistas, razão pela qual é registrado em reserva específica. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apurou prejuízo contábil e fiscal e, em razão disso, não destinou valores à reserva de incentivos fiscais no exercício de 2025. No exercício de 2024, a Companhia havia destinado o montante de R\$ 21.007 à referida reserva, relacionado ao incentivo fiscal do imposto de renda. (c) **Dividendos / Remuneração aos acionistas** O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. nº 202 da Lei nº. 6.404/76. A Administração usualmente propõe dividendos adicionais ao mínimo obrigatório de 25%, para futura deliberação dos acionistas em assembleia geral. Em 29 de abril de 2025, conforme deliberação em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovada a destinação de lucros apurados em 31 de dezembro de 2024, R\$ 76.488 a título de dividendos, esse valor contempla as distribuições intermediárias de dividendos ocorridas ao longo de 2024, que somam o montante de R\$ 69.443, conforme deliberações do Conselho de Administração realizadas em 12 de abril e 17 de dezembro de 2024, e mais R\$ 7.045 referente à parcela de lucro que excedeu ao dividendo mínimo obrigatório, mantido como dividendo adicional proposto em 31 de dezembro de 2024. Nos meses de janeiro e maio de 2025, a Companhia pagou integralmente o saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 31.488, sendo (i) R\$ 24.443 referente ao saldo de dividendos a pagar existente no encerramento do exercício; e (ii) R\$ 7.045 referente ao dividendo adicional proposto, ambos deliberados em Assembleia Geral Ordinária. Conciliação dos valores pagos a título de dividendos nos exercícios:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	24.443	12.817
Dividendos propostos/aprovados		
Dividendos adicionais propostos do exercício anterior aprovados no período	7.045	13.936
Dividendos propostos	-	69.443
	7.045	83.379
Pagamentos efetuados		
Dividendos propostos do exercício anterior	(24.443)	(12.817)
Dividendos adicionais propostos do exercício anterior aprovados no período	(7.045)	(13.936)
Antecipação de dividendos intermediários do período	-	(45.000)
	(31.488)	(71.753)
	-	24.443
O cálculo dos dividendos propostos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está apresentado abaixo:		
	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	22.936	97.495
Incentivo fiscal do imposto de renda	-	(21.007)
Base de cálculo	-	76.488
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	-	19.122
Dividendos adicionais	-	50.321
Total de dividendos no exercício	-	69.443
20 Receita operacional líquida	2025	2024
Receita operacional bruta		
Receita compotência garantida/contratada (a)	71.038	179.642
Receita de energia fornecida - Operação e Manutenção (O&M) (a)	17.981	45.158
Energia variável - Mercado de Curto Prazo (MCP)	(511)	895
	88.508	222.695
Deduções		
ICMS	(17.804)	(44.360)
PIS	(1.167)	(2.943)
COFINS	(5.373)	(13.553)
	(24.344)	(60.856)
	64.164	161.839

(a) A redução das receitas de potência garantida/contratada e de energia fornecida – operação e manutenção (O&M) está diretamente relacionada à reversão da UTE Ponta Negra ao patrimônio da Eletronorte, formalizada em 20 de maio de 2025. Em decorrência do término da vigência do Contrato de Suprimento de Energia nº OC-1821/2005 e da consequente reversão da Usina, a Companhia deixou de realizar atividades de geração de energia elétrica a partir dessa data, de modo que as receitas reconhecidas no exercício de 2025 referem-se exclusivamente ao período compreendido entre 1º de janeiro e 19 de maio de 2025. **21 Custo das vendas**

	2025	2024
Depreciação e amortização	(10.244)	(27.821)
Gerenciamento da usina - serviços de operação e manutenção	(4.701)	(9.546)
Custos com manutenção, interligação e seguros (a)	(1.762)	(5.212)
Combustível	(707)	(2.273)
Mão de obra direta (b)	(2.094)	(1.792)
Outros	(516)	(1.495)
	(20.024)	(48.139)

(a) Trata-se dos custos com manutenção dos motores, interligação – SIN e seguros da usina. (b) O aumento dos custos com pessoal registrado em 2025, decorre, de forma preponderante, de evento específico e não recorrente relacionado ao encerramento das atividades de geração de energia elétrica da Companhia. No exercício de 2025, tais custos concentraram-se principalmente no pagamento de prêmios aos empregados e nas verbas rescisórias do quadro de pessoal vinculado à geração de energia da UTE Ponta Negra, em razão da reversão da Usina. Os custos reconhecidos no exercício de 2025 referem-se exclusivamente ao período compreendido entre 1º de janeiro e 19 de maio de 2025, em decorrência da reversão da Usina em 20 de maio de 2025. **22 Outras receitas operacionais líquidas**

	2025	2024
Outras receitas operacionais brutas		
Receita com subvenção para custeio da aquisição de ativo imobilizado (a)	64.063	10.594
Receita com venda de sucatas	373	-
Indenização pela reversão da usina (b)	40.270	-
Outras receitas	2.710	-
	107.416	10.594
Deduções		
COFINS	(5.097)	(805)
PIS	(1.107)	(175)
ICMS	(75)	-
	(6.279)	(980)
	101.137	9.614

(a) Trata-se da receita de sub-rogação da CCC, reconhecida no resultado da Companhia por meio da depreciação e da reversão dos ativos imobilizados diretamente relacionados à conversão da usina para configuração SG, conforme requerido pela norma contábil CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais. (b) Conforme previsto no item 2.1(b) do Termo de Reversão celebrado entre a Companhia e a Eletronorte, a beneficiária obrigou-se a quitar, até a data da reversão da UTE Ponta Negra, a indenização correspondente aos investimentos realizados pela Companhia na conversão da Usina para gás natural que não haviam sido integralmente amortizados. A indenização foi apurada com base no valor residual dos investimentos elegíveis, devidamente atualizado pelo IPCA, com data-base de 31 de janeiro de 2025. Em 19 de maio de 2025, a Companhia recebeu da Eletronorte o montante integral correspondente à refenda indenização Com o recebimento integral do valor e a formalização da reversão da UTE Ponta Negra, todas as obrigações contratuais, legais e regulatórias relacionadas a tais investimentos foram integralmente cumpridas pela Companhia, não subsistindo, a partir dessa data, quaisquer direitos, exigências legais ou obrigações adicionais a serem atendidas junto à Eletronorte.

23 Despesas gerais e administrativas

	2025	2024
Despesas com pessoal (a)	(7.414)	(3.055)
Serviços contratados	(3.314)	(3.792)
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	(646)	(1.589)
Reversão dos ativos imobilizados e estoques da usina (b)	(182.467)	-
Outras despesas (c)	(8.013)	(2.038)
	(201.854)	(10.474)

(a) O aumento das despesas com pessoal registrado em 2025, decorre, de forma preponderante, de evento específico e não recorrente relacionado ao encerramento das atividades de geração de energia elétrica da Companhia. No exercício de 2025, tais despesas concentraram-se principalmente no pagamento de prêmios aos empregados e nas verbas rescisórias do quadro de pessoal vinculado à direção e à administração da UTE Ponta Negra, em razão da reversão da Usina. (b) Em decorrência da reversão da UTE Ponta Negra ao patrimônio da Eletronorte, formalizada em 20 de maio de 2025, a Companhia procedeu à baixa integral dos ativos imobilizados e dos estoques vinculados à Usina. A partir da data da reversão, a Companhia deixou de deter o controle, o uso e os benefícios econômicos futuros associados aos respectivos ativos, motivo pelo qual a baixa do imobilizado e dos estoques foi reconhecida no resultado do exercício de 2025 como despesa operacional, em observância aos Pronunciamentos Técnicos CPC 27 – Ativo Imobilizado e CPC - 16 Estoques. Em 31 de dezembro de 2025, não remanesciam salvos de ativos imobilizados ou estoques relacionados à UTE Ponta Negra. (c) Em 2025, a Companhia reconheceu a baixa, no montante de R\$ 6.351, de parte e peças destinadas à manutenção de motortes e geradores, em razão da perda de utilidade econômica desses itens, que se tornaram obsoletos.

24 Resultado financeiro, líquido

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	17.859	5.998
SELIC s/ créditos de PIS e COFINS exclusão do ICMS da base de cálculo	33	28
Variação cambial ativa	16	22
IPCA sobre reembolsos de sub-rogação CCC (a)	5.438	78
Atualização monetária – IGPM	837	-
IPCA sobre indenização pela reversão da Usina (b)	743	-
Outras	-	26
	24.926	6.152
Despesas financeiras		
Encargos financeiros sobre debêntures (c)	-	(2.481)
Juros sobre arrendamentos	(34)	(106)
Despesas bancárias	(44)	(196)
Remuneração SELIC-P&D	(74)	(137)
Variação cambial passiva	(46)	(168)
	(198)	(3.088)
Resultado financeiro, líquido	24.728	3.064

(a) Trata-se do reconhecimento no resultado do exercício, da variação do IPCA incidente sobre os reembolsos de óleo combustível OCA1 efetuados com atraso pela CCC-ISOL, nos termos do § 12º do art. 9º da Resolução Normativa nº 427/2011, conforme atualização promovida pela Resolução nº 597/2013. (b) Refere-se à atualização monetária, pelo IPCA, da indenização recebida pela Companhia, conforme descrito na nota explicativa nº 22(b). **25 Imposto de renda e contribuição social Diferido** Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu ativo fiscal diferido referente ao Imposto de Renda e à Contribuição Social sobre os prejuízos fiscais apurados no exercício de 2025 e ainda não utilizados, até o limite do montante considerado provável de realização por meio de lucros tributáveis futuros, contra os quais os respectivos prejuízos poderão ser compensados. O ativo fiscal diferido foi mensurado com base na alíquota fiscal combinada de 34%, totalizando R\$ 9.523, e encontra-se registrado no ativo não circulante. **Corrente** A reconciliação dos impostos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos reconhecidos contabilmente no resultado dos exercícios de 2025 e 2024 estão apresentados a seguir:

	2025	2024
Lucro (prejuízo) contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(33.237)	115.195
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	-	39.166
Ajustes para apuração do lucro real: adições e exclusões:		
Despesas não dedutíveis	22	30
Juros sobre arrendamento	34	36
Reversão de provisões não dedutíveis	-	(476)
Incentivo PAT	-	(25)
Parcela de lucro diferido em 2021, realizado em 2025 (art. 480 do RIR)	5.101	-
Outras exclusões	-	(24)
	5.157	(459)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(778)	38.707
Incentivo fiscal do imposto de renda	-	(21.007)
Imposto de renda e contribuição social – diferidos (a)	(9.523)	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado dos exercícios	(10.301)	17.700
Alíquota efetiva	31,00%	15,37%

(a) A Companhia atendeu aos requisitos estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro para o reconhecimento de impostos diferidos no exercício de 2025 e reconheceu no resultado receita tributária no montante de R\$ 9.523, sendo R\$ 6.996 referentes ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e R\$ 2.527 à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). A Companhia apresenta, a seguir, a projeção de realização do Ativo Fiscal Diferido, elaborada com base em estimativas de lucros tributáveis futuros e em premissas conservadoras e consistentes com as expectativas de mercado disponíveis na data-base, conforme CPC 32.

Exercício	Lucro tributável projetado	Utilização do AFD	% de realização no ano
2026	R\$ 20,7 milhões	R\$ 2,1 milhões	22%
2027	R\$ 17,2 milhões	R\$ 1,8 milhão	19%
2028	R\$ 16,5 milhões	R\$ 1,7 milhão	18%
2029	R\$ 17,2 milhões	R\$ 1,8 milhão	19%

A utilização efetiva do Ativo Fiscal Diferido observará os limites legais de compensação aplicáveis ao IRPJ e à CSLL, bem como a legislação tributária vigente. **26 Transações com partes relacionadas** A Companhia tem como partes relacionadas sua única acionista, BTG Pactual Holding Participações S.A, bem como entidades ligadas. No exercício de 2025, a Companhia não manteve operações comerciais ou financeiras diretamente com o BTG Pactual Holding Participações S.A. As transações ocorridas foram relacionadas ao pagamento de dividendos, conforme divulgado na nota explicativa nº 19. Com o Banco BTG Pactual S.A, controlada da BTG Pactual Holding Participações S.A, a Companhia possui saldo em aplicação financeira, conforme divulgado nas notas explicativas nº 7 e 8. **Remuneração de dirigentes** A remuneração da diretoria executiva é determinada pelo Conselho de Administração, e se refere basicamente a salários e gratificações. O total da remuneração de benefícios de curto prazo para a Administração da Companhia durante o exercício de 2025 foi de R\$ 5.324 (R\$ 1.387 em 2024) referente aos diretores. A Companhia não remunera o pessoal-chave da Administração com benefícios de longo prazo ou opções de ações. **27 Gestão de instrumentos financeiros** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito • Risco de liquidez • Risco de mercado **Estrutura do gerenciamento de risco** A Companhia possui e segue políticas de gerenciamento de risco, que orientam em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro nos fluxos de caixa. As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de risco demonstrados a seguir: **Risco de crédito** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco. A Administração da Companhia com base no histórico de recebimentos concluiu que não se faz necessário a constituição de provisão para perda de crédito ou perda esperada. **Exposição a riscos de crédito** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	7	3.331	78.147
Aplicações financeiras de curto prazo	8	163.400	-
Contas a receber de cliente	9	-	38.940
		166.731	117.087

A Companhia não possuía risco de crédito por região geográfica, pois seu único cliente estava localizado em Manaus. O risco de crédito era mitigado pela relação contratual com seu cliente. As aplicações financeiras são efetivadas apenas em bancos considerados de baixo risco. **Risco de liquidez** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados como pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Tipicamente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período superior a 60 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais. **Exposição ao risco de liquidez**

31 de dezembro de 2025	2025	Fluxo de caixa contratual total	Até 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos
Fornecedores	96	96	96	-	-
Outras contas a pagar	-	-	-	-	-
Total	96	96	96	-	-
31 de dezembro de 2024	2024	Fluxo de caixa contratual total	Até 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos
Fornecedores	380	380	380	-	-
Outras contas a pagar	2.746	2.746	2.746	-	-
Total	3.126	3.126	3.126	-	-

Risco de taxa de juros Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	Nota	2025	2024
Aplicações financeiras de liquidez imediata	7 e 8	166.685	77.438

Valor justo Os valores justos dos principais ativos e passivos financeiros são apurados apenas para o propósito de divulgação, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial. Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo. • **Aplicações financeiras** - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial se equivalem ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração ser baseadas na variação do CDI e SELIC. A hierarquia de valor justo é nível 1. • **Contas a receber e fornecedores** - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original. O valor contábil se equivale ao valor justo tendo em vista o curtíssimo prazo de liquidação dessas operações (menos de 90 dias). **Risco de estrutura de capital** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento. **Risco de taxas de câmbio** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras. Esse risco é mitigado uma vez que a Companhia possui reduzida parcela de aquisição de materiais/serviços em moeda estrangeira. **Instrumentos financeiros derivativos** A Companhia não contratou e não tem como política contratar instrumentos financeiros derivativos. **28 Cobertura de seguros** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens e responsabilidades sujeitos a riscos, por montantes considerados adequados para mitigar eventuais perdas decorrentes de sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantinha cobertura de seguro de responsabilidade civil para administradores (*Directors & Officers – D&O*), no montante de R\$ 30.000, abrangendo diretores, conselheiros e administradores.

Administração da Companhia	
Álcio Adler Silva Bezerra Diretor Executivo	Francisco Evandro Costa Souza Contador CRC-AM 009221/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da Gera Amazonas Geradora de Energia do Amazonas S/A Manaus - AM

Opinião com ressalva
Examinamos as demonstrações financeiras da Gera Amazonas – Geradora de Energia do Amazonas S/A (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Gera Amazonas – Geradora de Energia do Amazonas S/A em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
Base para opinião com ressalva

Conforme descrito nas notas explicativas nº 13 às demonstrações financeiras, o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 apresenta na rubrica de imobilizado, o montante de R\$ 182.917 mil e encargos de depreciação registrados no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 em R\$ 10.269 mil (R\$ 27.895 mil em 2024). Conforme descrito nas notas explicativas nº 1 e 13 às demonstrações financeiras, tal ativo estava relacionado ao contrato de potência contratada, energia fornecida e reembolso de combustível firmado entre a Companhia e a Centrais Elétricas do Norte S/A (“Eletronorte”). O contrato firmado entre as partes se enquadrava como arrendamento financeiro, de acordo com o CPC 06 (R2) – Arrendamentos e, portanto, não possuía as características de ativo imobilizado como reconhecido nas demonstrações financeiras da Companhia. Por consequência, parte da receita operacional reconhecida nas demonstrações financeiras está relacionada à remuneração do arrendamento financeiro que deveria ter sido reconhecido no início do contrato à valor presente e, nos anos seguintes, haveria reconhecimento de receita financeira devido à recomposição do ativo financeiro. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 o referido contrato foi encerrado e os efeitos relacionados à não classificação prévia do contrato como arrendamento financeiro culminou na baixa do ativo para o resultado desse exercício, no montante de R\$ 176.236 mil registrado na rubrica de Despesas gerais e administrativas. Ainda em conexão com esse assunto, as demonstrações do resultado em 31 de dezembro de 2025, apresenta na rubrica Outras receitas operacionais líquidas, resultado relacionado com a realização da referida subvenção no montante de R\$ 64.063 mil (R\$ 10.594 mil em 31 de dezembro de 2024). Em decorrência dessa subvenção estar relacionada ao incremento do ativo objeto do referido arrendamento financeiro, a referida subvenção deveria ter sido reconhecida em conexão com a avaliação do arrendamento financeiro. Sendo assim, se os ativos relacionados ao contrato com a Eletronorte e a subsequente conversão dos motores tivessem sido reconhecidos como arrendamento financeiro, certos elementos das demonstrações financeiras poderiam ser afetados de forma relevante. No entanto, foi impraticável para nós quantificar os efeitos dos ajustes. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase
Chamamos a atenção para a Nota 1 às demonstrações financeiras, em que a Companhia divulga o plano da Administração sobre o encerramento do contrato operacional de fornecimento de energia com a Centrais Elétricas do Norte S/A e a busca de novos projetos e contratos. Com o encerramento houve uma redução estrutural de ativos fixos, estoques, espaço físico e quadro de funcionários associados à operação. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Manaus, 23 de fevereiro de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-AM

Thiago Almeida de Souza Contador
CRC 1SP251413/O-2

